

MÁRCIO ELIAS TEIXEIRA

ANGELA MARIA STEIN

**PROPOSTA PARA UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO
ECOTURÍSTICO PARA O RECANTO PEREHOUSKI
EM PRUDENTÓPOLIS – PR**

CURITIBA

2002

MÁRCIO ELIAS TEIXEIRA

ANGELA MARIA STEIN

**PROPOSTA PARA UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO
ECOTURÍSTICO PARA O RECANTO PEREHOUSKI
EM PRUDENTÓPOLIS – PR**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de especialista em
Ecoturismo do Instituto Brasileiro de Pós-
Graduação e Extensão – IBPEX.

Turma: Ecoturismo III

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cezar Rizzo Cerdeira

CURITIBA

2002

*Louvado sejas, meu Senhor,
Com todas as tuas criaturas,
Especialmente o senhor irmão Sol,
Que clareia o dia
E com sua luz nos alumia.*

*Pela irmã Lua e as Estrelas,
Que no céu formaste claras
E preciosas e belas.*

*Pelo irmão Vento
Pelo ar, ou nublado
Ou sereno, e todo o tempo
Pelo qual às tuas criaturas dás sustento.*

*Pela irmã Água
Que é mui útil e humilde
E preciosa e casta.*

*Pelo irmão Fogo
Pelo qual iluminas a noite
E ele é belo e jucundo
E vigoroso e forte.*

*Por nossa irmã a mãe Terra,
Que nos sustenta e governa,
E produz frutos diversos
E coloridas flores e ervas*

São Francisco de Assis

Às comunidades locais, principalmente aos agricultores, que incluíram o turismo em suas atividades de trabalho, contribuindo para o seu desenvolvimento.

iii

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	vi
LISTA DE FIGURAS	vii
RESUMO	viii
1. INTRODUÇÃO	1
2. TURISMO	3
2.1. DEFINIÇÃO E CONCEITO	3
2.2. NOVAS ALTERNATIVAS DE TURISMO	5
2.3. ECOTURISMO	10
2.4. TURISMO SUSTENTÁVEL	14
3. PLANEJAMENTO	18
3.1. CONCEITOS	18
3.2. PLANEJAMENTO DE ECOTURISMO	22
4. APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	30
4.1. ESTADO DO PARANÁ	30
4.2. PLANALTO DE PONTA GROSSA	33
4.3. MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS	34
4.4. RECANTO PEREHOUSKI	39
4.4.1. Diagnóstico do Recanto Pehouski	46
5. PROPOSTA PARA UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECOTURÍSTICO PARA O RECANTO PEREHOUSKI	49

5.1. INFRA-ESTRUTURA	50
5.2. EQUIPE PROFISSIONAL	59
5.3. ATENDIMENTO PERSONALIZADO	61
5.4. TRILHA INTERPRETATIVA	65
5.5. PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS	68
5.6. IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	71
5.7. MARKETING DE TURISMO	72
6. CONCLUSÃO	78
ANEXOS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

LISTA DE QUADROS

1 – Características do Ecoturismo	17
2 – Bases do Turismo Sustentável	17
3 – Planejamento Estratégico e Tático	29
4 – Atitudes Diante do Planejamento	29
5 – Etapas do Planejamento	75
6 – Planejamento de Curta Temporada	76
7 – Planejamento Para Uso de Turismo	77
8 – Planejamento Para Área de Camping	77

LISTA DE FIGURAS

1 – Localização do Estado do Paraná	30
2 – Mapa Geográfico do Estado do Paraná	31
3 – Mapa Rodoviário Anel de Integração do Estado do Paraná	33
4 – Portal da Cidade de Prudentópolis	36
5 – Santuário de Nossa Senhora das Graças	39
6 – Vista da 1ª Cachoeira do Recanto Perekouski	40
7 – Vista da 2ª Cachoeira do Recanto Perekouski	41
8 – Estreitamento do Leito do Rio Barra Bonita	42
9 – Vista da 3ª Cachoeira do Recanto Perekouski	43
10 – Formação Erosiva na Margem do Rio Barra Bonita	44
11 – Piscina Natural no Recanto Perekouski	45

RESUMO

O turismo, grande fenômeno do mundo contemporâneo, proporcionou importante contribuição social no contexto mundial, principalmente no aspecto econômico. Muitas pessoas procuram nos ambientes naturais novas alternativas de turismo, e encontram no ecoturismo uma forma de utilizar os mecanismos do turismo. O ecoturismo, ou turismo responsável, é um segmento cada vez mais crescente do turismo, apresenta-se como turismo responsável em áreas naturais, visa promover a proteção do meio ambiente, a participação da comunidade local no processo turístico e a formação de uma consciência ecológica através de métodos de educação ambiental. O resultado esperado do ecoturismo é o desenvolvimento sustentável, processo de transformação no qual toda atividade de utilização dos recursos disponíveis, visam atender as necessidades presentes e futuras de forma racional e renovável. Para a implantação e desenvolvimento do ecoturismo é necessário seguir um planejamento, que consiste em decidir antecipadamente o que deve ser feito no futuro. O planejamento de ecoturismo prevê as alternativas de manejo de uma determinada área e todas as possíveis atividades dos visitantes. O Paraná, estado que mantém importantes áreas naturais como a Floresta Atlântica e a Mata de Araucária, possui na região do Planalto de Ponta Grossa, segundo planalto paranaense, um município que se destaca pelas inúmeras cachoeiras, algumas com mais de 100 metros de altura. Trata-se do município de Prudentópolis o qual mantém viva a cultura dos imigrantes do leste europeu, principalmente os ucranianos. Neste município destaca-se o Recanto Perekouski, propriedade rural da família Perekouski que possui como atrativo natural o rio Barra Bonita, que corta a propriedade formando vários saltos e piscinas naturais. O Recanto recebe visitantes porém não apresenta infra-estrutura, serviços e atividades adequadas para o atendimento de turistas. A propriedade necessita de um plano de ecoturismo para viabilizar a implantação e o desenvolvimento do ecoturismo. O plano consiste no planejamento de infra-estrutura, equipe profissional, atendimento personalizado, trilha interpretativa, preservação dos espaços naturais, implantação e desenvolvimento e marketing de turismo. O ecoturismo, se implantado seguindo o plano proposto poderá contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região de entorno do Recanto Perekouski.

1. INTRODUÇÃO

O Recanto Perekouski é uma propriedade particular cortada pelo Rio Barra Bonita, que se torna dentro da área o principal atrativo natural, com cachoeiras e piscinas naturais, possui potencial necessário para o desenvolvimento do ecoturismo, com área suficiente para a construção de infra-estrutura. Localizado no município de Prudentópolis, região centro-sul do estado do Paraná, importante polo de ecoturismo que cada vez mais se destaca pelas inúmeras cachoeiras, algumas com mais de 100 metros de queda.

Partindo da suposição que serão feitos investimentos na propriedade para o desenvolvimento do ecoturismo, o presente trabalho propõe analisar a atual situação do Recanto Perekouski, visando a implantação de infra-estrutura, serviços e atividades turísticas, observando os preceitos do ecoturismo e da proteção ao meio ambiente. Visa apresentar a possibilidade de tornar o Recanto Perekouski um complexo turístico modelo, pioneiro na região. A proposta é direcionada aos proprietários, ao poder público e à iniciativa privada, que se empenharão em buscar investimentos e demais recursos financeiros para desenvolver os projetos necessários no Recanto.

A metodologia utilizada para desenvolver o trabalho foi baseada em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com visitas à propriedade onde foram levantados dados sobre atrativos naturais, infra-estrutura existente, atividades que estão sendo realizadas pelos visitantes, locais que poderão receber infra-estrutura planejada para o ecoturismo e conversas com os proprietários.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo descreve o conceito de turismo, seu desenvolvimento histórico e sua influência no contexto social, principalmente para a economia mundial. Segue descrevendo as tendências que o turismo oferece, o turismo alternativo em áreas naturais ou turismo na natureza, e principalmente o ecoturismo, com todos seus preceitos, atividades e seu objetivo mais visado, o turismo sustentável.

O objetivo do trabalho é estabelecer um planejamento, este tema foi considerado suficiente para ser apresentado num capítulo. Portanto no segundo capítulo são abordados conceitos em relação ao planejamento, suas etapas e os resultados quando são seguidos seus níveis de ação. O planejamento de ecoturismo, seus objetivos e influências para as áreas naturais, bem como as conseqüências da sua ausência, também são descritos neste capítulo.

No terceiro capítulo é apresentada a área de estudo, são brevemente descritos o estado do Paraná, a região do Planalto de Ponta Grossa, o município de Prudentópolis e finalmente é descrito, de forma mais detalhada, o Recanto Perekouski, principal tema deste trabalho. Ainda é apresentado o diagnóstico da área, contendo os principais problemas identificados, causados pela falta de planejamento.

No quarto capítulo é apresentado o Plano de Desenvolvimento Ecoturístico para o Recanto Perekouski, que consiste no planejamento de sete itens: Infra-Estrutura, Equipe Profissional, Atendimento Personalizado, Trilha Interpretativa, Preservação dos Espaços Naturais, Implantação e Desenvolvimento e Marketing de Turismo. A viabilidade do desenvolvimento de ações voltadas ao ecoturismo no Recanto Perekouski será apontada neste planejamento.

2. TURISMO

2.1. DEFINIÇÃO E CONCEITO

A palavra turismo surgiu no século XIX, porém, a atividade estende suas raízes pela história, como relata RUSCHMANN (1997, p. 13) quando aponta que “certas formas de turismo existem desde as mais antigas civilizações, mas foi a partir do século XX, e mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, que ele evoluiu”. O mesmo autor considera que “esta evolução se deve como consequência dos aspectos relacionados à produtividade empresarial, ao poder de compra das pessoas e ao bem-estar resultante da restauração da paz no mundo”, RUSCHMANN (1997, p. 13).

Partindo do conceito histórico, KAMINSKI relata sobre a definição do turismo:

A definição clássica universal de turismo como um grande fenômeno do mundo contemporâneo vem dos suíços HUNZIKER e KRAPF que, em 1942, definiram a atividade como um conjunto de relações e de fenômenos resultantes de viagem e hospedagem dos não residentes, desde que esta hospedagem não criasse residência. KAMINSKI (2000, p. 4)

KAMINSKI, ainda em relação à definição de turismo, considera que:

A definição segundo SESSA (1983a), encerra todas as características distintas do fenômeno: o deslocamento temporário, a estada fora do domicílio, as relações que nascem entre os sujeitos (turista entre eles, turistas e habitantes do lugar) e o objeto (indústria turística), a sua natureza econômica e social. Estes conceitos foram aceitos pela Conferência de Turismo da Organização das Nações Unidas – ONU, em Roma, 1963. KAMINSKI (2000, p. 4)

RUSCHMANN (1997, p. 15) sintetiza que “os anos de 1950 a 1970 caracterizaram-se pela massificação da atividade”. E continua descrevendo que, quanto aos anos 80, “a prosperidade econômica dos países desenvolvidos fez com que a grande maioria da sua população usufrísse de férias pelo menos duas vezes por ano e as mais diversas categorias profissionais tiveram acesso à viagens turísticas empreendidas em grupo ou isoladamente”.

Poon (1989, p.102) considera esses movimentos como “turismo velho e define novo turismo como aquele do futuro, caracterizado pela flexibilidade das atividades, pela segmentação dos mercados e por experiências turísticas mais autênticas”.

Conforme RUSCHMANN (1997, p. 15) o turismo estava relacionado ao tempo e ao dinheiro quando afirma que “até recentemente, a participação no turismo estava restrita a uma elite que dispunha de tempo e de dinheiro para realizar suas viagens”. E complementa afirmando que “atualmente, a maioria das pessoas dos países desenvolvidos e um número significativo daquelas dos países em desenvolvimento, têm realizado viagens turísticas uma ou várias vezes ao ano”. Assim, o turismo se estende e se torna acessível à vários grupos e classes socialmente distintas e já não é uma prerrogativa de alguns cidadãos privilegiados.

CEBALLOS-LASCURÁIN (1991, p. 25) aponta o turismo como a indústria civil mais importante do mundo ao se referir ao WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL – WTTC (1992): “de modo geral, o turismo é hoje a maior indústria do planeta, é maior do que a do automóvel, do aço, da eletrônica ou da agricultura. A

indústria de viagens e turismo emprega 127 milhões de trabalhadores (um em cada 15 trabalhadores em todo o mundo)”.

O turismo segundo BRANDON:

É o tipo de desenvolvimento que tende a modificar rapidamente a situação social e econômica das comunidades, com impacto tanto positivo quanto negativo. Tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, as comunidades geralmente sentem que não têm poder para influenciar esses padrões de desenvolvimento. BRANDON (1993, p. 233)

Entretanto, para MILLS e SOUZA (1995, p. 191) “o turismo é muitas vezes encarado como uma panacéia para as economias em desenvolvimento, uma vez que, segundo alguns cálculos, é a segunda indústria no mundo”.

Partindo da suposição de que o turismo pertence ao setor terciário da economia MILANO considera que:

O turismo apresenta grande importância para o desenvolvimento de áreas economicamente frágeis, particularmente porque, para populações vizinhas aos parques nacionais a nível global, desencadeia, ingresso de recursos financeiros; aumento das atividades comerciais; instalação de infra-estrutura de comunicação, serviços e transportes; incremento do número de empregos; melhoria das condições de vida e elevação do nível cultural. MILANO (1983, p. 56)

2.2. NOVAS ALTERNATIVAS DE TURISMO

Buscando ambientes que favoreçam a privacidade, muitas pessoas procuram ambientes naturais para atividades de lazer e recreação, como relata SAUER (1975, p. 364) quando afirma que “as condições de vida têm se deteriorado nos grandes conglomerados urbanos e conduzem ao fato de que uma

parcela crescente da população buscar, durante as férias, nos fins de semana e nos feriados, as regiões com belezas naturais, longe das cidades”.

A procura constante pelo ambiente natural é apontado por MACHADO (1997, p. 33) quando sintetiza que “no mundo da transitoriedade e da volatilidade, do conhecimento fragmentado, de redes de conexões materiais e simbólicas, uma nova consciência coletiva emerge, a possibilidade de se construir uma nova ordem redefinindo a relação Homem-Natureza”.

“As populações, principalmente urbanas, vêm buscando mais contato com ambientes naturais, aumentando consideravelmente a demanda pelas Áreas Naturais Protegidas ou Unidades de Conservação. A maioria das pessoas busca nestes locais uma oportunidade de relaxamento e beleza”, relata VASCONCELLOS (1997, p. 465).

SILVA (1996, p. 32) considera que “o ser humano procura cada vez mais o contato com áreas verdes onde haja ar puro, silêncio e um reencontro com a natureza”. O mesmo autor complementa dizendo que, “juntamente com a recreação, pode também existir o turismo, sendo excelente fonte geradora de recursos financeiros, mas para que isso ocorra deve ser levado em conta o nível cultural do povo, poder aquisitivo e facilidade de acesso às áreas de visitação”.

Segundo BERNARDES (1997, p. 28) “os seres humanos vivem na tecnosfera mas continuam residentes na biosfera”. A autora chega a maior detalhamento:

Para algumas pessoas envolvidas com recreação, a natureza é o lugar onde podem mostrar o que são capazes de fazer. Por exemplo, elas querem montanhas para conquistar, e a natureza as oferecem. Para outras pessoas os valores são alcançados na medida em que elas deixam a natureza apresentar seu

próprio espetáculo. As pessoas gostam de recreação em grandes áreas abertas porque elas são envolvidas por alguma coisa maior do que aquelas que podem ser encontradas dentro de qualquer ambiente fechado. BERNARDES (1997, p. 28)

De acordo com MAGRO, KATAOKA e RODRIGUES (1997, p. 168) “a última década tem experimentado uma explosão nas viagens turísticas motivadas pelo interesse de visitar lugares de grande beleza natural que representam fenômenos ou demonstrações impressionantes dos recursos naturais”.

Em relação às funções sociais de recreação, SALOMÃO (1997, p. 407) afirma que “a floresta proporciona um tipo de recreação ao ar livre, composta, geralmente, de passeios, piqueniques e outras atividades, e tem assumido, cada vez mais, um papel fundamental no manejo das florestas”.

Para BLANGY e WOOD (1991, p. 61), “o turismo relacionado com a História Natural sempre existiu, mas, desde 1980, tem havido um aumento considerável desse tipo de viagem”. E apontam que “na década de 80, muitos operadores turísticos tiveram um aumento anual de 20% no número de seus clientes”. E conclui afirmando que “uma quantidade cada vez maior de turistas visita hoje as regiões mais remotas da Terra, da Antártida à Nova Guiné”.

PETROCCHI (1998, p. 130) alerta que muitas vezes assistem-se reações contra o uso turístico de determinados recursos naturais, e recomenda que “em um país com os problemas sociais do Brasil, é altamente recomendável o uso dessas áreas para fins turísticos. A convivência do meio ambiente com o turismo é perfeitamente possível”.

“Regiões costeiras, campos, montanhas, lagos e rios, juntamente com o clima, constituem recursos naturais para a realização da experiência turística e

existem independentemente da presença de visitantes, mas poderão ter a sua disponibilidade e as suas características afetadas por eles”, conforme afirmam BUKART e MEDLIK (1986, p. 232).

Partindo da suposição de que a inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é possível, RUSCHMANN alerta para os problemas do turismo em locais extremamente sensíveis, uma vez que este último constitui a matéria-prima da atividade. O autor descreve que:

O contato com a natureza constitui, atualmente, uma das maiores motivações das viagens de lazer e as conseqüências do fluxo em massa de turistas para esses locais, extremamente sensíveis – tais como as praias e as montanhas – devem necessariamente ser avaliadas e seus efeitos negativos, evitados, antes que esse valioso patrimônio da humanidade se degrade irremediavelmente. A deterioração dos ambientes urbanos pela poluição sonora, visual e atmosférica, a violência, os congestionamentos e as doenças provocadas pelo desgaste psicofísico das pessoas são as principais causas da fuga das cidades e da busca do verde nas viagens de férias e de fim de semana. Nessas ocasiões o homem urbano, agredido em seu próprio meio, passa a agredir os ambientes alheios. Trata-se de um círculo vicioso que é preciso romper por meio de planejamento dos centros urbanos e de medidas enérgicas que visem à conscientização para a preservação dos meios naturais, promovendo a sua conservação e perenização”. RUSCHMANN (1997, p. 19)

Para SILVA (1996, p. 37), “o turismo é importante para a realização de visitação às áreas silvestres, recepção e condução dos visitantes às áreas de lazer”. Entretanto o turismo e o meio ambiente não têm se caracterizado por um relacionamento harmonioso. Atualmente, surgem indícios que sua interação seja crescente e profícua para ambos. Vários estudos desenvolvidos na França, conforme o Ministère de L’ Environnement/Tourisme (1992, p. 16) apresentam que “quanto ao relacionamento do turismo e do meio ambiente, a fase correspondente ao turismo de massa, ocorre a partir dos anos 50 e tem seu apogeu no transcorrer dos anos 70 e 80”. E complementa:

A demanda turística dos países desenvolvidos cresce em ritmo muito rápido e as localidades turísticas vivem uma expansão sem precedentes. Esse período é o mais devastador e se caracteriza pelo domínio brutal do turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras. Trata-se de uma fase de excessos, acentuada pela qualidade medíocre da arquitetura nas localidades turísticas. Predominam o concreto, o crescimento desordenado, a arquitetura urbana, a falta de controle de efluentes e esgotos, a criação de marinas, de portos artificiais e de estações de esportes de inverno, onde várias construções ruíram por falta de estudos geológicos. Em resumo, um período catastrófico para a proteção do meio ambiente. Ministère de L' Environnement/Tourisme (1992, p. 16)

“Os profissionais do turismo não se julgam responsáveis pelos danos ao meio ambiente, pois estão integralmente engajados na venda dos produtos e, no seu entender, já arcam com custos promocionais bastante elevados”, RUSCHMANN (1997, p. 25).

O Poder Público e a iniciativa privada de caráter local e regional são responsáveis pelo desenvolvimento do turismo e pela proteção ao meio ambiente, e segundo RUSCHMANN (1997, p. 27) se fundamentam nas seguintes atividades: “conscientizar e sensibilizar a população; elaborar uma legislação específica para a proteção do meio ambiente e zelar pela sua aplicação; criar e administrar parques e reservas naturais; desenvolver campanhas promocionais visando atrair uma clientela nacional e internacional para áreas específicas”.

RUSCHMANN considera que (1997, p. 23) “o fluxo de grande número de pessoas tem contribuído para agressões socioculturais nas comunidade receptoras e para a origem de danos, as vezes irreversíveis, nos recursos naturais”. Entretanto RUSCHMANN relata que:

Atualmente, em muitos países entrou-se numa fase na qual o turismo passa a considerar os problemas do meio ambiente. A partir dos anos 70, a qualidade do meio ambiente começa a constituir elemento de destaque do produto turístico: a natureza e as comunidades receptoras ressurgem no setor dos empreendimentos turísticos, ainda massificadas, porém adaptadas à sensibilidade da época. Depois

da metade dos anos 80, distingue-se um outro período, no qual as práticas turísticas e de lazer da fase precedente perde a sua amplitude. O turismo de natureza ou o turismo ecológico ocorre na maioria das localidades turísticas estabelecidas e, nas novas, evita-se a ocupação de todos os espaços. Caminhadas, ciclismo, rafting, mountain bike, motocross e toda uma série de esportes novos necessitam de uma natureza preservada. A natureza e todos os seus componentes tomam-se pretextos para a descoberta, a iniciação, a educação e o espírito de aventura e, dessa forma, dão origem a um novo mercado. Trata-se, portanto, da renovação do turismo, cuja clientela busca a calma, as aventuras e o conhecimento mais profundo das regiões visitadas. RUSCHMANN (1997, p. 21)

“Outras formas de turismo estão sendo propostas, a fim de conter os impactos negativos da atividade e, além do já citado turismo brando e tranqüilo, recebem a denominação de alternativo, responsável, ecológico e, mais recentemente, de turismo sustentável”, finaliza RUSCHMANN (1997, p. 23).

2.3. ECOTURISMO

BÜRGI e MARINHO (1997, p. 200) apontam que “a procura do contato com Áreas Naturais, em função do amadurecimento da consciência ecológica, criou, a nível de mercado, um segmento altamente lucrativo, o ecoturismo, ramo de uma das principais atividades econômicas internacionais”. De acordo com WESTERN (1991, p. 15), “o ecoturismo explodiu no mundo das viagens e da conservação como um *tsunami*, um verdadeiro maremoto”, porém, suas origens são definitivamente mais evolutivas que revolucionária quando o autor afirma que:

As raízes do ecoturismo encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre. Os visitantes que, há um século, chegaram em massa aos parques nacionais de Yellowstone e Yosemite foram os primeiros ecoturistas. Os viajantes pioneiros que se embrenharam por Serengeti há 50 anos, e os aventureiros caminhantes do

Himalaia que acamparam no Anapurna 25 anos mais tarde eram tão ecoturistas quanto os milhares que hoje fotografam os pingüins na Antártida, acompanham a migração em grupo de Belize, ou dormem nas habitações comunitárias dos nativos de Boméu. WESTERN (1991, p. 15)

O mesmo autor considera que “o século XX assistiu a uma mudança drástica e incessante nas viagens a áreas naturais. Mais visitantes estão conscientes do dano ecológico que podem provocar, do valor da vida natural e dos interesses das populações locais”, WESTERN (1991, p. 15). E continua: “Excursões especializadas – safáris de aves, competições esportivas em regiões naturais, caminhadas pela natureza e outros – são cada vez mais comuns. Esse grupo crescente, mas pequeno, constitui o que chamamos de ecoturismo”, WESTERN (1991, p. 15).

Ecoturismo, em outras palavras, envolve tanto um sério compromisso com a natureza como responsabilidade social. Essa responsabilidade deve ser assumida também pelo viajante. A expressão *viagem responsável*, outra designação para ecoturismo, envolve objetivos semelhantes. THE ECOTOURISM SOCIETY oferece uma definição um pouco mais completa: Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local. WESTERN (1991, p. 17)

BLANGY e WOOD (1991, p. 61) definem ecoturismo como “viagem responsável a áreas naturais, com o fim de conservar o meio ambiente e promover o bem-estar da comunidade local. Esse tipo de viagem depende da conservação dos recursos da área natural”. WESTERN faz uma importante consideração em relação ao ecoturismo:

O ecoturismo é mais do que uma pequena elite de amantes da natureza, é na verdade, um amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social. Nos últimos anos, os riscos de um fluxo elevado de visitantes às áreas naturais torna-se uma grande preocupação, e os

conservacionistas têm trabalhado muito com o objetivo de aliar o turismo à preservação da natureza. WESTERN (1991, p. 16)

Em agosto de 1994, no Brasil, o Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo, que reuniu o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, além da Embratur, Ibama, empresários e consultores, chegou à seguinte conceituação:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE ECOTURISMO, MICT/MMA, março de 1995)

Para CEBALLOS-LASCURÁIN (1991, p. 26) o ecoturismo, como componente essencial de um desenvolvimento sustentável, “requer uma abordagem multidisciplinar, um planejamento cuidadoso e diretrizes e regulamentos rígidos, que garantam um funcionamento estável”.

O ecoturismo não deve ser restrito somente à áreas protegidas legalmente mas deve se estender às demais áreas, como aponta CEBALLOS-LASCURÁIN (1991, p. 27): “promover o ecoturismo em áreas naturais que não têm nenhuma proteção oficial pode estimular as comunidades locais a conservarem os recursos e as áreas naturais próximas por iniciativa própria, e não devido a pressões externas”. O Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e o IBAMA estabeleceram em 1993 o mecanismo das Reservas Particulares de Proteção à Natureza (RPPN), onde proprietários podem oferecer à conservação seus terrenos, recebendo em troca, incentivos fiscais e tratamento prioritário em projetos de desenvolvimento sustentável.

A grande expectativa de todos os envolvidos no processo de implantação e desenvolvimento do ecoturismo, empreendedores, comunidades, poder público, é se os resultados esperados estão sendo alcançados. Segundo os autores MILLS e SOUZA:

O ecoturismo muitas vezes é visto como uma forma de preservar o meio ambiente e a economia ao mesmo tempo. Uma questão essencial é se o turismo ecologicamente sensível é também viável economicamente. A preservação da atração é fundamental ao ecoturismo, que requer visão de longo prazo quanto à sustentabilidade do recurso. O ecoturismo representa uma tentativa de se encontrar um meio termo entre os biosistemas e desenvolvimento lucrativo. MILLS e SOUZA (1995, p. 191)

Para HAWKINS e LINDBERG (1993, p. 279) o ecoturismo, a respeito da crescente ênfase na conservação e no desenvolvimento, “ainda está em estágio experimental, assim sendo, podemos aprender tanto com os fracassos quanto com os sucessos dos vários projetos existentes no mundo”. Ainda em relação aos resultados esperados BARROS destaca:

Entre os muitos benefícios que o turismo responsável pode trazer para áreas protegidas, como por exemplo: geração de renda e contribuição para programas de conservação, estímulo a geração de empregos e desenvolvimento econômico das áreas e comunidades vizinhas, está o crescimento de uma consciência ambiental, o combate a ignorância que pode e é financiado por uma atividade que reconhece que seus lucros dependem da qualidade de seu produto e de sua matéria prima. BARROS (1997, p. 300)

Inclusive WESTERN (1991, p. 17) lembra que “os ecoturistas gostam de utilizar os recursos e a mão-de-obra local. Isso se traduz em entrada de divisas do exterior, projetos adequados ao meio ambiente e engajamento dos moradores da região na indústria de viagens”. E conclui: “Ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial

turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética”, WESTERN (1991, p. 18).

2.4. TURISMO SUSTENTÁVEL

Segundo LAFER (1994, p. 23), o conceito de desenvolvimento sustentável é, ademais, “uma expressão operacional do valor justiça, pois aborda a questão da distribuição eqüitativa dos custos e benefícios do desenvolvimento em escala global”. BARBIERI menciona a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, conhecida como Comissão Brundtland, que considera o desenvolvimento sustentável, relacionado com os resultados esperados como um “processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas”, BARBIERI (1997, p. 25).

Contudo para SILVA (1996, p. 28) desenvolvimento sustentável “é a modificação da biosfera e a aplicação de recursos humanos, financeiros, vivos e inanimados visando à satisfação das necessidades humanas e à melhoria de vida do homem”. SILVA ainda comenta que para que o desenvolvimento seja sustentável “deve levar em conta os fatores econômicos, sociais, ecológicos e a disponibilidade de recursos vivos e inanimados, assim como as vantagens e os inconvenientes, a curto e a longo prazo de outros tipos de ação”.

De acordo com MILLS e SOUZA (1995, p. 148) “o conceito de desenvolvimento sustentável tem-se tornado tema central no diálogo internacional relacionado ao meio ambiente”.

URBAN (1997, p. 395) afirma que “a proposta do desenvolvimento sustentável deslocou definitivamente o cerne da questão ambiental – a conservação da natureza – para a periferia, fortalecendo, no eixo central, a discussão sobre modos menos agressivos de exploração dos recursos naturais”.

Em relação ao turismo, WESTERN chega a maior detalhamento ao apresentar que:

O turismo é hoje uma das maiores atividades econômicas do mundo – uma forma de pagar pela conservação da natureza e de valorizar as áreas que ainda permanecem naturais. De que forma os dólares dos turistas podem reverter para a conservação e torná-la auto-sustentável, ou como o valor não-monetário que as pessoas atribuem às regiões naturais pode ser quantificado, é uma questão central de um novo ramo da economia verde: o desenvolvimento sustentável. WESTERN (1991, p. 16)

Segundo PETROCCHI (1998, p. 59) “até os anos 60 os administradores do turismo objetivavam ampliar a demanda, tendo suas atenções concentradas no número de visitantes. A partir dessa época começou a tomar força, no mundo todo, a consciência de preservação do meio ambiente”. E continua o autor: “essas preocupações invadiram a gestão do turismo, que muito depende da preservação da natureza. Instalou-se, então, um conflito que dura até os dias de hoje e sempre ocorrerá”, PETROCCHI (1998, p. 59).

Esse choque de objetivos no ambiente do turismo coloca frente a frente a promoção e a preservação. Inclusive PETROCCHI aponta que o turismo sustentável define esse confronto:

A expansão do turismo deve ocorrer até o limite da capacidade territorial de receber visitantes. Deve-se impor limites ao crescimento do turismo, pela preservação do meio ambiente, tanto do ponto de vista físico como do social. Quando se fala em preservar o meio ambiente – a reunião do meio natural e do meio urbano –, o que se deseja é garantir a qualidade de vida. Essa é a única maneira de garantir a sobrevivência do turismo como atividade econômica – e com visão de longo prazo. PETROCCHI (1998, p. 59)

QUADRO 1 – Características do Ecoturismo

Segundo PETROCCHI, o ecoturismo apresenta as seguintes características relacionadas aos públicos alvo:

Curta temporada		Público alvo
1. Fauna em Liberdade	Excursões a reservas biológicas cujo principal destaque seja a fauna, para conhecê-la, com respeito ao ambiente e à própria fauna.	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de jovens • Estudantes • Famílias com crianças
2. Conhecer a natureza	Excursões, visitas a parques e reservas biológicas que permitam conhecer e observar flora e fauna.	<ul style="list-style-type: none"> • Famílias • Grupos • Jovens • Estudantes
3. Viver a Natureza	Conviver simplesmente, rodeado pela natureza, em chalés integrados ao ambiente do parque.	<ul style="list-style-type: none"> • Casais • Famílias • Amantes da natureza
Eventos		
4. Cursos, Seminários, Eventos	Programação em diferentes níveis e temas. Assuntos relevantes para o meio ambiente: Mata Atlântica, recursos hídricos, fauna ameaçada, etc.	<ul style="list-style-type: none"> • Estudantes • Interessados • Estudiosos

Fonte: PETROCCHI (1998, p. 123)

QUADRO 2 – Bases do Turismo Sustentável

PETROCCHI define as bases do turismo sustentável:

TURISMO SUSTENTÁVEL			
MEIO AMBIENTE	MEIO URBANO	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Fonte: PETROCCHI (1998, p. 59)

3. PLANEJAMENTO

3.1. CONCEITOS

O conceito de planejamento é dado por PETROCCHI (1998, p. 19), quando sintetiza que “é a definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização. O planejamento acontece seguindo a seqüência de obter a informação, tomada de decisão e realizar a ação”. E detalha o autor: “planejar é pré-determinar um curso de ação para o futuro; conjunto de decisões interdependentes; processo contínuo que visa produzir um estado futuro desejado, que somente acontecerá se determinadas ações forem executadas; é atitude anterior à tomada de decisão”, PETROCCHI (1998, p. 19).

Partindo da suposição de que alcançar objetivos é a razão de todo o processo, PETROCCHI (1998, p. 81) afirma que “o processo de planejamento é estabelecido para que se alcancem objetivos, sejam melhorias em uma região, ou a concretização de uma idéia, ou a realização de um empreendimento, ou a expansão da demanda de um sistema turístico”.

Entretanto, MIRANDA (1977, p. 325) aponta que “planejamento é uma atividade comum, de todos os dias, e os resultados da existência ou não da planificação são vistos em todos os lugares”.

Contudo SILVA (1996, p. 81), descreve que “planejar é decidir antecipadamente o que deve ser feito. Um plano é uma linha de ação pré-estabelecida para alcançar o objetivo do planejamento, e o resultado é a

produção de alguma coisa”. O mesmo autor acrescenta que “o planejamento é o instrumento necessário que normatiza os procedimentos técnicos, políticos e administrativos para que sejam atingidos os objetivos”.

De acordo com HARRY e SPINK (1990, p. 33) “planejamento é uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos”. Para HARRY e SPINK (1990, p. 33) “o planejamento tem por objetivo o provisionamento de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda seus desejos e necessidades ou, então, o desenvolvimento de estratégias que permitam a uma organização comercial visualizar oportunidades de lucro em determinados segmentos de mercado”.

PETROCCHI, apresenta o planejamento dividido em nível estratégico, nível tático e nível operacional:

O nível estratégico abrange a organização como um todo, com exposição ao tempo a longo prazo e o nível de decisão é da alta administração. O nível tático abrange departamento ou setor, com exposição ao tempo a médio prazo e o nível de decisão é da média gerência. O nível operacional abrange tarefa ou operação, com exposição ao tempo a curto prazo e o nível de decisão é da supervisão. PETROCCHI (1998, p. 25)

“Com a publicação da obra de FAYOL (1916), Administração Geral e Industrial, além de lançar as bases da ciência da administração, estimulou o interesse sobre o planejamento como parte do processo administrativo”, conforme apresenta PETROCCHI (1998, p. 28), que continua: “essa fase inicial modificou-se quando o planejamento passou a indicar a preocupação com o futuro, com a necessidade de antecipar decisões para conformar quadros que somente muito

mais tarde se concretizariam”. E o autor complementa: “tal preocupação se traduziu com o acréscimo da expressão a longo prazo”.

PETROCCHI relata que:

Começaram a aparecer textos sobre planejamento a longo prazo em meados e final dos anos 50. O primeiro texto exclusivamente sobre planejamento a longo prazo, Planejamento a Longo Prazo para Administração, foi publicado em 1958 por David W. Ewing (Nova York, Harper e Row, 1958). No final dos anos 60, o conceito de planejamento a longo prazo começou vagarosamente a evoluir para planejamento estratégico. (Hoje, a expressão planejamento a longo prazo está restrita a algumas utilizações contábeis.) Começou, então, a tomar vulto o conceito de planejamento estratégico, no qual o planejamento é considerado o estabelecimento de estratégias para uma eficiente disposição de recursos e dirigidas para alcançar objetivos específicos a longo prazo. Nesse processo evolutivo, o planejamento estratégico ganha corpo e passa a ser consolidado em documentação específica. O alcance mais amplo do planejamento estratégico torna-o mais útil que o planejamento a longo prazo, ao tratar com uma série maior de contingências, e, conseqüentemente, mais valioso para o futuro. Essa aceitação leva ao surgimento dos processos formais de planejamento. PETROCCHI (1998, p. 28)

Os aspectos positivos que passaram a aparecer, segundo PETROCCHI (1998, p. 28) foram: “senso de direção unificado; a organização pode se preparar para o inesperado; procura de soluções com antecedência; orientação para compra de fábricas e equipamentos; orientação para levantamento de recursos financeiros para projetos de capital intensivo”.

PETROCCHI (1998, p. 29) ainda aponta que os problemas mais comuns então vivenciados eram: “previsão sobre o desempenho da economias como um todo; variações regulatórias (interferências governamentais); dificuldade em coordenar vários grupos envolvidos no processo; implicações administrativas; falta de um departamento de planejamento estratégico”.

Em relação ao planejamento do turismo, PETROCCHI chega a maior detalhamento quando apresenta o sistema já elaborado e implantado do turismo:

Um turista que visita pela primeira vez uma determinada cidade inicia um processo de interação entre si próprio e esse local. A cidade, integralmente, é um sistema turístico, com suas ruas, construções, atrativos turísticos e habitantes, e o visitante é simplesmente o cliente, aquele que deve ser tratado como um rei, pois dele vem a receita que alimenta os negócios turísticos da cidade. O turista inevitavelmente começa a avaliar o sistema no momento em que sai do avião ou do ônibus. Ele sente a temperatura, o clima, os ventos, aprecia a arquitetura da cidade, o tráfego de veículos, a beleza das construções, etc., até ter os primeiros contatos com as pessoas, ou seja, a prestação de serviços. Há cortesia e atenção, ou desrespeito? Os preços são justos? E as atrações do lugar? Cada detalhe, cada nuance é sentida pelo cliente. Ele saiu de casa especialmente para essa viagem. Tudo é especial e apreciado em seus detalhes, e ele está pagando por isso, portanto deseja o melhor. Quando ele retorna, mentalmente estará completada uma avaliação sobre aquele núcleo turístico, sobre cujos defeitos ou qualidades ele se comprazera em comentar com parentes ou amigos. Nessa avaliação está se decidindo o destino do sistema turístico. Se a avaliação for positiva, aquele visitante por certo influenciará outros que poderão ir àquela cidade. Se a avaliação for negativa, por certo muitos visitantes escolherão outros destinos, pois a oferta é muito grande no mercado de turismo. PETROCCHI (1998, p. 53)

Quando planejadas, segundo PETROCCHI (1998, p. 130) “as áreas ambientalmente protegidas podem ser importantes atrações turísticas. A utilização delas, além de gerar benefícios econômicos para a população da região, pode gerar também recursos para sua conservação”. Contudo para ROSIQUE e BARBIERI:

O homem que transforma o ecossistema também pode planejar sua proteção, tornando sua existência compatível com toda a biosfera. É por isso que a proteção ambiental requer um planejamento coerente da economia, da política ambiental e dos usos da tecnologia. Nunca se poderá iniciar uma boa proteção sem levar em conta a principal crítica do movimento ecológico à sociedade atual, isto é, que os modelos atuais de desenvolvimento não consideram o meio em que vivemos”. ROSIQUE e BARBIERI (1992 p. 10)

PETROCCHI (1998, p. 180) ressalva que a Embratur lançou o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), onde se prevê a constituição do Conselho Municipal do Turismo. “Prevê-se no Conselho a participação ampla da comunidade. As múltiplas variáveis do turismo recomendam o processo

participativo de planejamento e de gestão. É imprescindível a presença dos empresários do setor turístico.”

A contribuição do Conselho, conforme PETROCCHI (1998, p. 180), é importante para: “acompanhar, alterar, atualizar, monitorar e discutir o planejamento municipal do turismo; avaliar o desempenho das atividades e dos empreendimentos do turismo; funcionar como articulador entre a iniciativa privada e o Poder Público, fazendo convergir esforços para o desenvolvimento da região”.

Inclusive PETROCCHI (1998, p. 181) recomenda que o planejador do turismo precisa atrair a população para participar do desenvolvimento dessa atividade. “Outras soluções harmoniosas com a cultura e os costumes locais podem ser adotadas. Entretanto, para dar ao município acesso aos suportes financeiros do Governo Federal, os formatos recomendados pelo PNMT devem ser observados”.

3.2. PLANEJAMENTO DE ECOTURISMO

Para MILANO (1997, p.152) “o planejamento das áreas silvestres pode ser considerado como o estudo das alternativas de manejo aplicáveis a uma determinada área”.

De acordo com SILVA (1996, p. 82) o modelo de planejamento, se consideradas as áreas silvestres, “nada mais é do que o ordenamento das informações ou dados necessários à formação de planos para a manipulação de recursos existentes, tendo em vista os objetivos definidos no planejamento”.

Em relação à geração de renda no âmbito de algumas unidades de conservação, principalmente aquelas que possuem potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, conforme FONSECA, PINTO e RYLANDS (1997, p. 278) “há necessidade de planejamento e investimentos prévios, sob a pena da degradação da área e da baixa taxa de retorno dos recursos gerados para a sua manutenção”.

Segundo RUSCHMANN (1997, p. 22) “os responsáveis pelo turismo e pelo meio ambiente têm consciência dos problemas difíceis e conflitantes que têm em comum e, por isso, devem criar condições e proposições para melhor administrar essa situação no futuro”. E o autor complementa:

Como agentes do desenvolvimento do turismo, consideram-se não apenas os responsáveis pela oferta turística (alojamentos, restaurantes, agentes/operadores, transportadores, etc.), mas também pelos turistas, pela população das localidades receptoras, pelo meio natural e sociocultural nos quais a atividade ocorre, e os responsáveis pela atratividade das destinações, além, evidentemente, do Estado – proprietário dos espaços. Esses componentes são estreitamente relacionados e altamente interdependentes, pois a falta ou o mau funcionamento de um deles pode inviabilizar a comercialização do produto. RUSCHMANN (1997, p. 22)

Entre os objetivos do planejamento expressos em planos para áreas silvestres, SILVA (1996, p. 81) aponta alguns serviços e produtos destinados à sociedade, como “conservar paisagens de relevantes belezas cênicas naturais ou alteradas, mantidas a um nível sustentado, visando à recreação e turismo; conservar valores culturais, históricos e arqueológicos para investigação; fomentar o uso racional dos recursos naturais, através de áreas de uso múltiplo”.

“Os objetivos do planejamento turístico podem envolver localidades, regiões, países e até continentes, e envolvem tanto órgãos públicos e empresas

privadas desse ramo de atividade, como também fatores influenciadores em todos os níveis”, conforme afirmam BOUND e BOVY (1977, p. 84). Resumidamente, esses objetivos são os seguintes:

Definir políticas e processos de implementação de equipamentos e atividades, e seus respectivos prazos; Coordenar e controlar o desenvolvimento espontâneo; Prover os incentivos necessários para estimular a implantação de equipamentos e serviços turísticos, tanto para empresas públicas como privadas; Maximizar os benefícios socioeconômicos e minimizar os custos (tanto os de investimentos como os de operação), visando ao bem-estar da comunidade receptora e à rentabilidade dos empreendimentos do setor; Garantir que os espaços necessários ao desenvolvimento turístico não sejam utilizados para outras atividades econômicas; Evitar deficiências ou congestionamentos onerosos (por exemplo: um resort torna-se quase inacessível por causa da ausência de um aeroporto) por meio de uma determinação cuidadosa das fases do desenvolvimento; Minimizar a degradação dos locais e recursos sobre os quais o turismo se estrutura, e proteger aqueles que são únicos; Cientificar a autoridade política responsável pela sua implantação de todas as implicações do planejamento; Capacitar os vários serviços públicos para a atividade turística, a fim de que se organizem e correspondam favoravelmente quando solicitados; Garantir a introdução e o cumprimento dos padrões reguladores exigidos da iniciativa privada; Garantir que a imagem da destinação se relacione com a proteção ambiental e a qualidade dos serviços prestados; Atrair financiamentos nacionais ou internacionais e assistência técnica para o desenvolvimento do turismo e a preservação ambiental; Coordenar o turismo com outras atividades econômicas, integrando seu desenvolvimento aos planos econômicos e físicos do país. BOUND e BOVY (1977, p. 84)

Quanto à finalidade do planejamento, PETROCCHI relata:

A finalidade do planejamento é definir as decisões básicas que articulam as políticas turísticas de um estado, região ou organização, ou seja, estabelecer as diretrizes que orientarão as decisões para o desenvolvimento do turismo, o tipo de turismo que se quer promover, os mercados que serão atingidos, a posição que se deseja ter nesses mercados, as metas a alcançar e as estratégias dos programas de ações. PETROCCHI (1998, p. 72)

O mesmo autor complementa:

O planejamento dá coerência e convergência às atividades em prol do crescimento do turismo. Além disso, deve converter recursos naturais em recursos turísticos, ordenando o território e melhorando as infra-estruturas, equipamentos, serviços, promoções e preservação do ambiente físico, natural e urbano. É algo

sistêmico, dinâmico. O macroambiente deve ser permanentemente monitorado, de forma que o sistema turístico tenha sempre uma visão atualizada do que o cerca. Em síntese, dentro da realidade brasileira, dois objetivos básicos prevalecem no planejamento indutor do desenvolvimento do turismo: 1º Buscar a elevação da qualidade da oferta turística, em sua forma mais abrangente, coordenando ações, recursos e instrumentos técnicos, de forma a estimular as áreas receptoras a atender às necessidades e desejos do consumo de lazer; 2º Estudar um modelo de ocupação territorial que atenda às demandas e ao desenvolvimento sustentável do turismo. PETROCCHI (1998, p. 72)

Inclusive RUSCHMANN alerta para os problemas da ausência do planejamento em localidades turísticas que seriam:

O crescimento descontrolado, que leva à descaracterização e à perda da originalidade das destinações que motiva o fluxo dos turistas, bem como o empreendimento de ações isoladas, esporádicas, eleitoreiras e desvinculadas de uma visão ampla do fenômeno turístico. Esses e outros fatores têm levado ao desenvolvimento de obras sem prioridade e sem utilidade, relegando as mais urgentes, que disciplinariam a evolução da atividade e evitariam situações caóticas nas épocas da alta estação, para o segundo plano. RUSCHMANN (1997, p. 163)

Segundo RUSCHMANN (1997, p. 84), “no turismo cabe ao Estado zelar pelo planejamento e pela legislação necessários ao desenvolvimento da infraestrutura básica que proporcionará o bem-estar da população residente e dos turistas”. E continua o autor: “Além disso, cabe ao Estado zelar pela proteção e conservação do patrimônio ambiental e criar condições que facilitem e regulamentem o funcionamento dos serviços e equipamentos nas destinações, necessários ao atendimento das necessidades e dos desejos dos turistas”.

BOO apresenta maior detalhamento:

O ecoturismo é hoje alvo da atenção de um grande número de pessoas. Administradores de áreas protegidas estão procurando levar um número cada vez maior de visitantes a parques e reservas. Comunidade próximas às áreas protegidas estão usufruindo de novas oportunidades de emprego em virtude do turismo. Especialistas em desenvolvimento rural estão pesquisando o potencial econômico do ecoturismo, e governos estão considerando esse potencial como

fonte de entrada de divisas. Escritórios de turismo estão começando a criar políticas para o ecoturismo; agências de financiamento do setor privado estão avaliando a viabilidade financeira de investimentos. Com os novos roteiros na natureza, conhecidos como ecoturismo, a indústria do turismo está em plena expansão. Jornalistas especializados estão tentando captar o que há de mais atual nesse conceito inovador; vídeos sobre ecoturismo proliferam. E, é claro, os turistas – a grande força por detrás de todo esse entusiasmo – estão se tomando cada vez mais aventureiros, mais ligados à natureza e mais participativos quando viajam. Como nunca antes, turistas visitam parques e reservas no mundo todo e estão encarando essa experiência como uma forma de conhecer e apreciar o meio ambiente natural. BOO (1991, p. 33)

Para MACINTOSH e GOELDNER:

O desenvolvimento turístico só deve ocorrer como consequência de uma política de planejamento cuidadosa – não calcada apenas na balança de pagamentos dos países em desenvolvimento ou na relação de custos e benefícios. Ele deve estruturar-se sobre ideais e princípios de bem-estar e de felicidade de pessoas. Os problemas sociais dos países não poderão ser solucionados sem uma economia forte e em crescimento, e o turismo pode contribuir para criá-la. MACINTOSH e GOELDNER (1986, p. 305)

De acordo com THEUNS (1983, p. 109) “o fluxo de turistas impõe certas exigências à região ou ao país receptor; sua intensidade e suas consequências deverão nortear as decisões referentes à possibilidade ou conveniência do desenvolvimento turístico dessas localidades”. BRANDON considera a importância dos projetos em relação ao turismo:

Cada vez mais, os projetos de turismo de natureza estão sendo considerados um meio de incentivar as pessoas a administrarem as áreas naturais e a vida selvagem de forma sustentável, uma vez que os benefícios econômicos distribuídos às comunidades dependem de uma gestão bem orientada. Muitos desses projetos partem do princípio de que o turismo de natureza pode ser um poderoso instrumento para a conservação, através da geração de benefícios à população local. Porém, para alcançar as metas da conservação, é necessário o planejamento cuidadoso do projeto, a fim de que os benefícios atinjam seus objetivos e funcionem, de fato, como incentivo. BRANDON (1993, p. 233)

Uma série de condições que deverão ser consideradas quando se planeja o desenvolvimento do turismo são apontadas por THEUNS (1983, p. 109), como requisitos básicos, o primeiro fator a considerar é “a existência de atrações naturais e culturais capazes de motivar a vinda de turista”, como segundo fator a considerar, “é preciso verificar a existência de acomodações adequadas, tais como: hotéis, apartamentos, áreas para camping, além da oferta de restaurantes e facilidades para a prática de esportes e para recreação; As facilidades de acesso são rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, chamada de infra-estrutura”.

THEUNS relaciona também os requisitos complementares, porém não menos importantes do que as básicas para viabilizar o desenvolvimento turístico:

A disponibilidade do transporte turístico e o posicionamento geográfico em relação ao mercado que se pretende atrair para a destinação. A distância influi no tempo de deslocamento necessário para a visita dos turistas e também se reflete no custo da viagem; A existência de uma demanda turística potencial capaz de viabilizar os investimentos feitos ou por fazer na destinação. O estudo das condições econômicas e motivacionais do mercado a conquistar é vital para o êxito da localidade ou região como destinação turística; Deve-se considerar também se há limitações ou restrições de viagens, como, por exemplo, a proibição dos cidadãos americanos visitarem a Ilha de Cuba desde a tomada do poder por Fidel Castro; Os critérios a utilizar para promover e divulgar a destinação no mercado emissor. Avaliar se os métodos serão intuitivos e empíricos ou se estão estruturados sobre critérios racionais, baseados em pesquisas de mercado; A relação dos preços na destinação visitada. Há uma tendência dos turistas a preferir localidades onde os preços são menores do que no seu local de origem. Devem-se considerar os preços de transporte, alojamento, alimentação, entretenimento, tarifas de táxis e os dos chamados artigos turísticos ou souvenirs. THEUNS (1983, p. 109)

Dois modelos de planejamento para o turismo, modelo mediterrâneo ou urbano e modelo fechado ou americano, são destacados por PETROCCHI.

“O modelo mediterrâneo ou urbano surgiu espontaneamente na Europa, no litoral do Mediterrâneo. Sua característica é permitir ao visitante a integração com

a localidade visitada, o que proporciona convivência entre ele e o habitante local, sendo um fator cultural relevante”, PETROCCHI (1998, p. 64). O autor também destaca os benefícios deste modelo de planejamento que “são direcionados à própria população do núcleo, que os reinveste na mesma região, em progressão crescente. Exige, então, cuidados na administração dos núcleos urbanos, cuja imagem contribui para os resultados da atividade turística”.

O modelo fechado ou americano, descrito por PETROCCHI (1998, p. 64), são núcleos integrados de turismo. “O visitante é recebido com uma ampla estrutura de hospedagem, equipamentos e atividades de lazer, e fica isolado da realidade da região e de seus habitantes”. Tal modelo é próprio da tecnologia americana e é caracterizado por investimentos de grande porte. PETROCCHI (1998, p. 64) ainda considera que “iniciativas desse modelo são muito atraentes para grupos de investidores internacionais, pois, implantadas, competem nas faixas mais elevadas do mercado do turismo”.

Para o bom desenvolvimento do ecoturismo, EAM recomenda:

Utilizar transporte coletivos (ônibus/trem) para diminuir problemas de barulho, de estacionamento e de acidentes; Organizar serviço de ônibus nas destinações, utilizando os meios de transporte da localidade, ou de bicicletas, a fim de que os automóveis permaneçam nos hotéis; Indicar os hotéis mais calmos e mais distantes das rodovias ou das estradas locais, dando preferência aqueles de pequeno porte, porém confortáveis. EAM (1992, p. 59)

QUADRO 3 – Planejamento Estratégico e Tático

Planejamento estratégico	Planejamento tático
<ul style="list-style-type: none"> • Procura definir objetivos gerais 	<ul style="list-style-type: none"> • Transforma objetivos gerais em objetivos específicos para execução de programas ou projetos
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece diretrizes e normas para o relacionamento da organização com seu entorno 	<ul style="list-style-type: none"> • Transforma as diretrizes e normas em ações no âmbito dos sistemas administrativos
<ul style="list-style-type: none"> • Voltado para decisões de longo prazo e grandes repercussões 	<ul style="list-style-type: none"> • Voltado para decisões a médio prazo
<ul style="list-style-type: none"> • Indica a direção que a organização deve seguir 	<ul style="list-style-type: none"> • Dá suporte às decisões que indicam a direção a seguir

Fonte: FISCHMANN, (1979 a)

Para PETROCCHI embora seja reconhecida a importância do planejamento, existem administradores que resistem à sua utilização. Pode-se ilustrar o comportamento das empresas em relação ao planejamento.

QUADRO 4 – Atitudes Diante do Planejamento

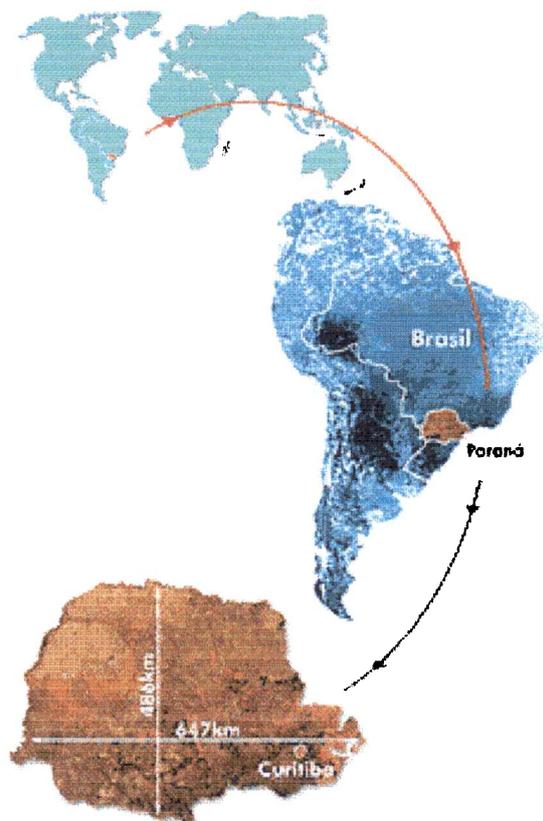
Atitudes diante do planejamento	
Tipo de organização	Atitude
Organizações reativas	Esperam que os problemas ocorram para tentar resolvê-los
Organizações planejadoras	Antecipam-se aos problemas
Organizações	Antecipam-se aos problemas, identificam oportunidades e ameaças
Empreendedoras	Criam condições

Fonte: PETROCCHI (1998, p. 26)

4. APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1. ESTADO DO PARANÁ

Figura 1 – Localização do Estado do Paraná



De acordo com JACOBS (1997, p. 69) “o Estado do Paraná localiza-se na Região Sul do Brasil, entre as latitudes de $22^{\circ}29'30''$ e $26^{\circ}42'59''$ e entre as longitudes a oeste de Greenwich de $48^{\circ}02'24''$ e $54^{\circ}37'38''$ com uma superfície de 20.120.300 ha”. POMBO (1980, p. 42) descreve que o Estado do Paraná apresenta 6 zonas bem distintas pelo aspecto físico e pelo clima: “1ª, a marítima; 2ª, a do planalto de Curitiba; 3ª, a dos Campos Gerais; 4ª, a do planalto de

Guarapuava; 5ª, a dos campos do extremo ocidental e 6ª, a dos sertões do Noroeste”. WONS (1982, p. 35) resume a divisão do relevo paranaense em “Litoral, Serra do Mar, Primeiro Planalto ou Planalto de Curitiba, Segundo Planalto ou Planalto de Ponta Grossa, Terceiro Planalto ou Planalto de Guarapuava”.

WONS (1982, p. 35) afirma que “o Estado do Paraná, em sua maior parte, forma-se de um vasto planalto suavemente inclinado em direção noroeste, oeste e sudoeste. Compreende os terrenos arenítico-basálticos do Planalto Meridional Brasileiro e os terrenos cristalinos paralelos ao oceano Atlântico”.

Figura 2 – Mapa Geográfico do Estado do Paraná



Em relação à formação vegetal do Estado do Paraná, WONS (1982, p. 77) afirma que “com base na vegetação original, as matas paranaenses podem ser agrupadas em: Mata de Araucária, Mata Atlântica, Mata Tropical do Norte e Noroeste e a Mata Pluvial Subtropical”. Continua o autor apresentando que a Mata de Araucária compreende “a mata subtropical de coníferas, também

conhecida como mata dos pinhais, onde o pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*) aparece como principal vegetal, associado freqüentemente à imbuia (*Ocotea porosa*) e à erva-mate (*Ilex paraguariensis*)”, WONS (1982, p. 77).

Para MAACK (1981, p. 242) “a região das araucárias principia no primeiro planalto, imediatamente a oeste da Serra do Mar, estendendo-se também pelo segundo e pelo terceiro planaltos do Estado do Paraná”. O pinheiro (*Araucaria angustifolia*) é a árvore dominante desta região, caracterizando a paisagem”.

WONS descreve com maior detalhe sobre a mata de araucária:

Segundo o geógrafo ORLANDO VALVERDE, distinguem-se dois tipos de matas de araucária. No primeiro sobressai nitidamente o pinheiro, formando um andar de 25 a 30 metros de altura, ao mesmo tempo em que se forma um andar inferior de árvores e arbustos latifoliados com 12 a 15 metros de altura. No segundo forma-se uma floresta mista de pinheiros e árvores latifoliadas, num nível só, por volta de 25 a 30 metros de altura. Os últimos vestígios importantes da Mata de Araucária se encontram no sudoeste paranaense. WONS (1982, p. 77)

MAACK (1981, p. 243) menciona “a imbuia (*Ocotea porosa*) associada à araucária, e grandes variedades de pteridófitas, com predominância do Xaxim (*Dicksonia sellowiana*), samambaia-açu (*Hemitelia setosa*)”. E aponta “zonas principais de erva-mate (*Ilex paraguariensis*) nas regiões de araucárias parcialmente devastadas”, MAACK (1981, p. 209). E detalha:

Os elementos de características especiais, que na mata mista se associam regularmente ao pinheiro, obrigando-o a elevar-se rapidamente, para em seguida perder os galhos laterais e desfraldar sua copa umbeliforme sobre todas as outras árvores. Citam-se as diversas espécies de canelas da família lauráceas: sassafrás (*Ocotea pretiosa*), diversas leguminosas conhecidas: jacarandá (*Dalbergia brasiliensis*) e caviúna (*Machaerium* sp.) e o monjoleiro (*Acacia polyphylla*). Entre as meliáceas encontram-se o cedro rosa (*Cedrela* sp.). As mirtáceas: guabiroba (*Britoa sellowiana*), entre as coníferas, o pinheiro bravo (*Podocarpus lambertii*). MAACK (1981, p. 243)

Em relação às epífitas MAACK (1981, p. 249) aponta que “as que mais chamam a atenção são as bromeliáceas, entre as quais se destacam os longos filamentos da *Tillandsia usneoides*, vulgarmente conhecida por barba de pau”. Ocorrem as orquídeas, entre as quais o autor registrou, “as espécies do gênero *Oncidium* são os exemplares de maior freqüência na mata de araucária, também espécies dos gêneros *Pleurothallis*, *Epidendrum*, *Maxillaria*, *Octomeria*, *Bifrenaria*, *Stelis*, *Zygopetalum* e *Zygostates*”, MAACK (1981, p. 249).

Figura 3 – Mapa Rodoviário Anel de Integração do Estado do Paraná



4.2. PLANALTO DE PONTA GROSSA

POMBO (1980, p. 42) aponta como “a 3ª zona, a dos Campos Gerais, formada de campos extensos, pontuados de capões abundantes de pinheiros”. WONS (1982, p. 41) apresenta o planalto dos Campos Gerais como “o Segundo

Planalto ou Planalto de Ponta Grossa, limitado a leste pela escarpa devoniana e a oeste pela escarpa da Esperança”.

MAACK descreve o planalto:

Zona montanhosa com mesetas e linhas de espigões formados pelos diques de diabásios. Algumas mesetas típicas de arenito eólico Botucatu, cortadas por diques de diabásios com capas de lavas básicas do trapp do Paraná, elevam-se de 800 a 975 m. Para além desta paisagem de mesetas e coxilhas do segundo planalto, a escarpa com sedimentos mosozóicos e derrames de lava básica do trapp do Paraná ergue-se novamente até 1.150 e 1.250 m de altitude. Esta escarpa ou costa é geograficamente denominada em toda a sua extensão como serra da Boa Esperança e geologicamente com escarpa mesozóica, a qual, como parte integral da serra Geral, estabelece uma separação nítida entre o segundo e o terceiro planaltos, a oeste. MAACK (1981, p. 410)

Em relação à hidrografia, se destaca no segundo planalto a bacia hidrográfica do Rio Ivaí, segundo WONS (1982, p.59) “o Rio Ivaí tem um percurso de 685 Km, sendo por isto o mais extenso rio genuinamente paranaense”. O mesmo autor complementa: “seu principal formador, o Rio dos Patos, nasce no município de Prudentópolis bem próximo da cidade de Inácio Martins. O rio dos Patos ao encontrar-se com o Rio São João passa a ser chamado de Ivaí, o qual dirige suas águas para noroeste até desaguar no Rio Paraná, WONS (1982, p.59).

4.3. MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS

“No interior do Estado do Paraná, a cidade de Prudentópolis mantém viva a cultura dos imigrantes do leste europeu, especialmente a dos ucranianos. Além

da tradição, o lugar reúne um conjunto cachoeiras e piscinas naturais, muitas delas com mais de 100 metros de queda d'água", CANEJO (2002, p. 59).

Conforme MONTEIRO (1997, p. 45) "Dezenas de quedas d'água, cânions e trilhas belíssimas fazem de Prudentópolis um excelente cenário para a prática de trekking e off-road".

LOBO e NAKAHODO apresentam um breve histórico do município de Prudentópolis:

Em fins de 1894 o Governo Federal resolveu colonizar a região de São João do Capanema, cujas terras foram doadas pelo Governo do Estado para esse fim. O Dr. Cândido Ferreira de Abreu, Diretor da Colônia, resolveu denominar de Prudentópolis a colônia recém fundada, em homenagem ao então Presidente da República, Dr. Prudente José de Moraes Barros, fazendo desaparecer a antiga designação de São João do Capanema. A vilinha, então, como sede de colônia, tomou grande impulso. E já em 1895 apresentava aspecto de povoação próspera e progressista, com ruas bem traçadas e grande movimento de colonos. Foi por essa época que chegou ao Brasil a primeira leva de colonos imigrantes ucranianos, os quais manifestaram ao Governo Federal o desejo de se estabelecerem nas terras do Paraná, sendo registrado em 1896 a imigração de 1500 famílias, aproximadamente 8 mil pessoas para Prudentópolis. O processo de imigração ucraniana para Prudentópolis continuou até meados da década de 20, porém decrescente em ritmo e número de famílias. Isto fez com que Prudentópolis se tornasse o município brasileiro que mais imigrantes ucranianos recebeu. Outros imigrantes também se estabeleceram na região e foram importantes para o processo de colonização de Prudentópolis, entre eles destacam-se os poloneses, alemães e italianos. Com o estabelecimento dos colonos imigrantes, a administração da colônia havia dado por concluída a sua tarefa. Dedicados à agricultura, à pecuária e à pequena indústria, esses colonos representavam fator de grande progresso para a colônia, que prosperava extraordinariamente. LOBO e NAKAHODO (2001, p. 5)

WONS (1982, p. 118) relata sobre a colonização da região e aponta que "a causa da origem e desenvolvimento é a formação de núcleo colonial. Situa-se na microrregião homogênea Colonial de Irati". JACOBS (1997, p. 69) sintetiza que "as regiões Sul e Centro-Sul foram ocupadas por colonizadores poloneses, ucranianos, italianos e alemães, que praticavam um sistema de agricultura

tradicional, utilizando a tração animal como principal apoio para a mão-de-obra familiar, que era abundante”.

Figura 4 – Portal da Cidade de Prudentópolis (estilo ucraniano)

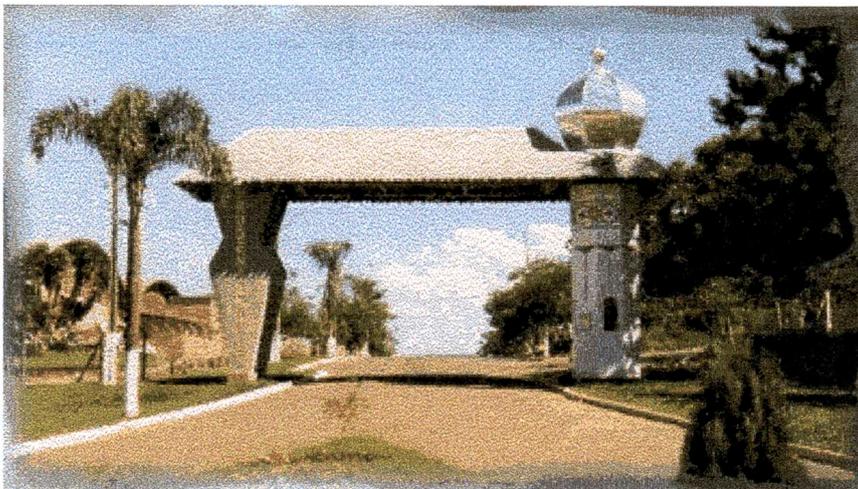


Foto: net

WONS descreve que:

O sul do Brasil foi a região brasileira que recebeu o maior número de imigrantes europeus, devido à maior semelhança com o clima de seus países de origem. Os eslavos são povos originários da parte centro-oriental da Europa. A maioria dos eslavos vindos ao Brasil localizam-se no Paraná, deixando suas marcas principalmente na paisagem agrícola. Dos povos eslavos radicados em nosso Estado merecem destaque os poloneses e ucranianos. Os ucranianos distinguem-se dos poloneses pela língua, pelos costumes e pela sua origem histórica. Povo agrícola, vindo da Ucrânia, trouxe o estilo bizantino de suas igrejas, seus trajes bordados e suas danças típicas. Formam núcleo importante em Prudentópolis. O início da imigração ucraniana deu-se em 1891. WONS (1982, p. 91)

“O município de Prudentópolis foi criado através da Lei Estadual n.º 615, de 5 de março de 1906, e instalado em 12 de agosto do mesmo ano, se desmembrando de Guarapuava. Pela Lei n.º 2614, de 14 de março de 1929, recebeu foros de cidade, sendo, criada a comarca de mesmo nome”, conforme apresentam LOBO e NAKAHODO (2001, p. 7).

Dados geográficos de Prudentópolis, segundo LOBO e NAKAHODO:

O município de Prudentópolis apresenta uma área de 2.402,18 Km², se posicionando a 25° 12' 40" de latitude sul e 50° 58' 50" de longitude oeste de Greenwich e cuja altitude é de 730 metros acima do nível do mar. Os municípios limítrofes são, ao norte Cândido de Abreu, ao nordeste Ivaí, ao sul Inácio Martins e Irati, a Leste Guamiranga e Imbituva, a Oeste Guarapuava e a Noroeste Turvo. Clima subtropical úmido mesotérmico, de verões frescos e com ocorrência de geadas severas e freqüentes, não apresentando estação seca. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22 graus centígrados e a dos meses mais frios é inferior a 18 graus centígrados. Índice médio de precipitação pluviométrica é de 2.018 mm. A população urbana é de 18.232 habitantes, população rural de 28.091 habitantes, totalizando 46.323 habitantes. LOBO e NAKAHODO (2001, p. 10)

O relevo da região, segundo MAACK (1981, p. 410), é descrito com "paisagens de outeiros e vales diante da serra Boa Esperança, que situam-se nas altitudes 740 a 800 m a oeste de Prudentópolis". O autor descreve ainda os "morros testemunhos, platôs alongados ou pequenas mesetas e cúpulas de arenito Botucatu, freqüentemente ainda com a capa de lençóis de trapp, que ocorrem em Prudentópolis-Guará, onde o morro Morungava representa o morro testemunho mais característico da região", MAACK (1981, p. 412).

Para CANEJO (2002, p. 61), "conhecida como Terra das Cachoeiras Gigantes, Prudentópolis possui mais de 100 cascatas, 50 delas consideradas de grande porte, e 10 com mais de 100 metros de altura".

MONTEIRO descreve com ênfase a região:

Privilegiada pela natureza e distante da poluição das grandes cidades, Prudentópolis é uma opção surpreendente para quem viaja em busca de aventuras, gosta de tranquilidade e valoriza a preservação do meio ambiente. Nas estreitas trilhas abertas na floresta, ou através das plantações de milho, descobre-se o verdadeiro espírito de um lugar muito especial... as cachoeiras brotam de todos os lados, emolduradas por araucárias gigantes. MONTEIRO (1997, p. 45)

O autor continua:

Circundando as trilhas de terra, imagens bucólicas de casas coloridas, porcos e galinhas soltos nos quintais, rostos curiosos nas janelas. Por todo lado uma natureza exuberante, araucárias majestosas e mata fechada dividindo espaço com o simetrismo das plantações. E cachoeira, corredeiras, fontes de água sulfurosa. A água é a maior dádiva de Prudentópolis. O Salto de São Francisco, com 196 metros de altura, é o maior de todos, fica a 52 Km da cidade e por si só vale um dia de expedição... e com acessos menos exigentes, ficam os saltos de São João, com 90 metros de altura, São Sebastião, com 120 metros de altura e Mlot, com 84 metros de altura. O Salto do Rickli, com 30 metros de altura, fica a apenas 8 Km da cidade, na estrada para Ponta Grossa. MONTEIRO (1997, p. 48)

As Atividades Econômicas Desenvolvidas no município:

Setor Primário (produção): feijão, milho, batata, fumo, soja, trigo, tritcale, erva mate, uva vinífera, suínos, bovinos, ovinos, eqüinos, aves caipiras, leite, mel e própolis. Setor Secundário (transformação): fabricação de produtos cerâmicos, químicos, alimentícios e produtos para padaria e confeitaria, confecção de peças do vestuário, fabricação de móveis em madeira e desdobramentos da madeira. Setor Terciário (comércio e serviços): lanchonetes e similares, restaurantes e estabelecimentos de bebidas, comércio varejistas de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios, comércio varejista de artigos do vestuário e complementos, de construção, ferragens e ferramentas, comércio atacadista de produtos agrícolas "in natura", serviços auxiliares da construção, manutenção e reparação de veículos automotores, atividades de organização religiosas, educação fundamental, cabeleireiros e outros tratamentos de beleza, atividades de atenção ambulatorial, reparação de objetos pessoais e domésticos, atividades de contabilidade e auditoria, telecomunicações. O município possui grande número de pessoas que trabalham na zona rural, em pequenas propriedades agrícolas de produção familiar. A disponibilidade existente de mão-de-obra é de cerca de 6.100 trabalhadores cadastrados, disponíveis para a colocação em empresas e indústrias, de procedência variada. Uma pequena parcela é residente em municípios próximos de Prudentópolis. LOBO e NAKAHODO (2001, p. 11)

Em relação à qualificação para o turismo:

Não há mão de obra qualificada para atender turistas estrangeiros ou para trabalhar em grandes empreendimentos que exijam maiores especializações pois existem apenas 2 cursos superiores e a maioria dos cursos profissionalizantes são recentes (menos de uma década de inauguração), sendo necessário um período mais longo até que um número representativo de pessoas estejam capacitadas. A cidade dispõe de poucos profissionais capacitados para a área de turismo, fato que já está em mudança quando observamos a demanda e a oferta de cursos relacionados à área de hospitalidade e afins ao turismo. Prudentópolis

conta com índices positivos na educação de base, com 10.985 matrículas (INEP – Censo Educacional, 1999), e uma média de alunos por professor muito maior em relação ao Paraná e ao Brasil (37). Mas grande parte dos jovens que saem de Prudentópolis para cursar uma faculdade em outro município, acabam não retornando mais. No município atuam escolas de informática, de idiomas, de capacitação para diversas áreas, inclusive voltadas à área do turismo como monitor de turismo. LOBO e NAKAHODO (2001, p. 14)

Figura 5 – Santuário de Nossa Senhora das Graças – Prudentópolis, PR

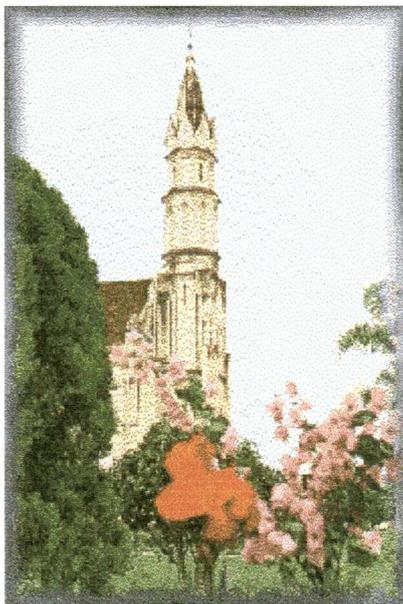


Foto: net

4.4. RECANTO PEREHOUSKI

Segundo dados da Secretaria de Obras e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Prudentópolis (2001), “o Recanto Perehouski é situado no município de Prudentópolis, PR, na localidade de Linha Paraná, distante vinte e quatro quilômetros da sede do município. Posição da casa dos proprietários a exatamente 25° 03’ 978” ao sul e 51° 06’ 671” a oeste”. A Secretaria (2001) aponta que “como meio de acesso rodoviário à localidade são percorridos

quatorze quilômetros de asfalto e dez quilômetros de estrada de chão batido e cascalho”.

Conforme LOBO e NAKAHODO (2001, p. 99) “a área possui como equipamentos e serviços, área para acampamento, estacionamento, sanitários. Pode ser visitado diariamente com cobrança de taxa de um real por pessoa”.
Continuam os autores:

O Canyon Perekouski, localizado no vale do Rio Barra Bonita, em propriedade particular, é um dos atrativos naturais mais visitados atualmente, devido às suas características peculiares de natureza geológica. O local é propício para banho e para caminhadas contendo várias piscinas naturais e três quedas d’água. LOBO e NAKAHODO (2001, p. 23)

E complementam:

O Canyon Perekouski, área de lazer muito apreciada pela sua beleza natural e características geológicas singulares, apropriada para banho no Rio Barra Bonita, trilhas, tirolesa, observação de flora e fauna circundante. Dentro da propriedade estão localizados três saltos de pequeno porte, que podem ser utilizados como duchas naturais. LOBO e NAKAHODO (2001, p. 99)

Figura 6 – Vista da 1ª Cachoeira do Recanto Perekouski



Foto: Lilian Nakahodo

“O rio segue em ziguezague, despencando nas pedras que formam o cânion, revelando uma paisagem nova a cada curva. Nas margens, paredes rochosas erodidas completam o cenário peculiar. Mas as várias quedas do Perekouski são apenas a pequena parcela do que existe na região”, descreve CANEJO (2002, p. 63).

Figura 7 – Vista da 2ª Cachoeira do Recanto Perekouski

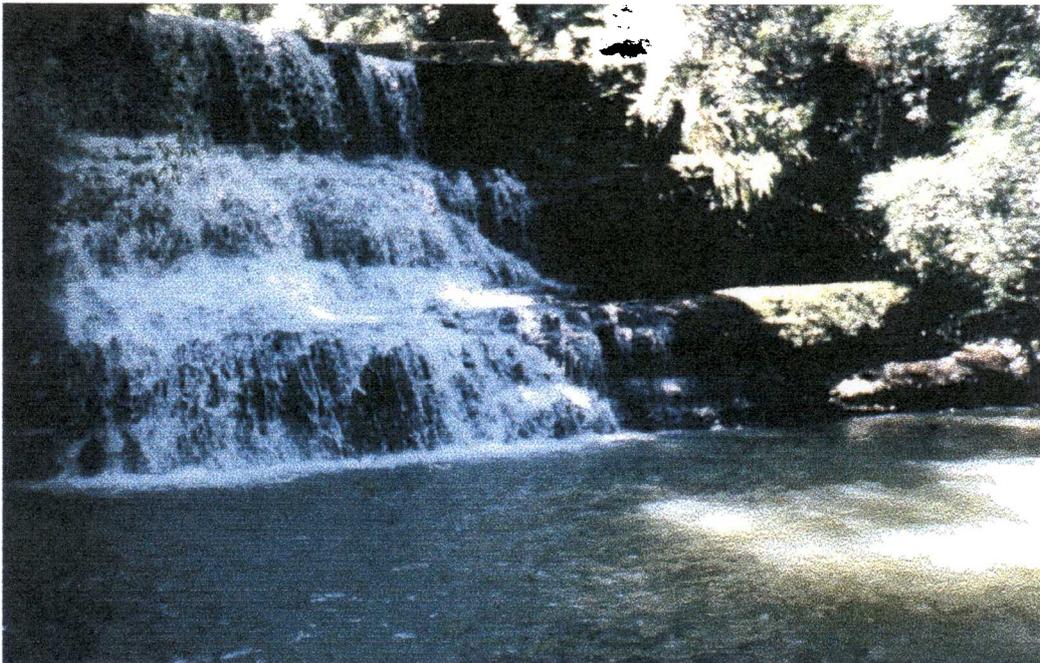


Foto: Márcio Teixeira

Todo o planejamento utilizado na propriedade deverá ser completamente abrangente e, de acordo com o IBAMA (1997, p. 129) “exige normalmente os seguintes levantamentos básicos: clima, geologia, geomorfologia, solos recursos hídricos, vegetação, fauna, recursos paisagísticos, uso atual da terra, aspectos socioeconômicos e políticas públicas existentes para a área”.

Foi realizado na propriedade estudo em forma de pesquisa de campo, dividido em duas fases. A primeira foi a identificação visual dos atrativos naturais

e infra-estrutura, e obtenção de dados referentes à área. A segunda foi a identificação dos locais propícios para a implantação de infra-estrutura para o desenvolvimento do ecoturismo.

Figura 8 – Estreitamento do Leito do Rio Barra Bonita



Foto: Lilian Nakahodo

A partir da análise de dados obtidos a partir da primeira fase da pesquisa de campo, constatou-se que a propriedade pertencente à família Perekouski. Em conversa com os proprietários, Adolfo e Isabel PEREHOUSKI (2001) estes informaram que “a propriedade era utilizada basicamente em atividades agrícolas,

na produção de aguardente de cana e na apicultura. Com o passar do tempo muitas pessoas da região procuravam o local para realizar passeios nos finais de semana e geralmente retornavam trazendo novos visitantes”. Continuam informando que “mais tarde começaram a chegar no local turistas de diversas partes do país, trazidos pelos monitores de turismo do município, e desde então se tornou parte do roteiro turístico do município de Prudentópolis, já recebendo turistas internacionais”, PEREHOUSKI (2001).

Figura 9 – Vista da 3ª Cachoeira do Recanto Pehouski



Foto: Márcio Teixeira

Na mesma pesquisa constatou-se que a propriedade é cortada pelo Rio Barra Bonita que se torna, dentro da área, o principal atrativo natural devido o relevo, formando dois saltos com aproximadamente 25 metros de altura e um terceiro salto com mais de 40 metros de altura, formando o chamado Canyon Perehouski. O rio mede em média 8 metros de uma margem a outra. No percurso do leito do rio se formaram vários poços utilizados como piscinas naturais, propícios para banho, no restante do trajeto as águas percorrem o rio sobre as rochas, permitindo se caminhar no leito, molhando somente parte dos pés, onde ocorrem a formação de marmitas. No mesmo percurso, devido ao processo erosivo natural, formaram-se cavidades côncavas nas margens, que chegam a atingir 9 metros de altura, acessivas à visitação. Acompanhando o leito do rio apresenta-se a formação vegetal da mata ciliar, em bom estado de conservação.

Figura 10 – Formação Erosiva na Margem do Rio Barra Bonita



Foto: Lilian Nakahodo

Como áreas designadas para o turismo foram identificados, uma trilha em meio à vegetação, acompanhando o percurso do rio na mata ciliar, que proporciona o acesso a todos os saltos e demais formações naturais, podendo ser percorrida em média durante trinta minutos; um local designado para práticas de camping, com churrasqueira e banheiro e um local designado para estacionamento. Na entrada localiza-se a casa dos proprietários da área onde são servidas refeições e também comercializados refrigerantes, sorvetes e doces.

Figura 11 – Piscina Natural no Recanto Perekouski



Foto: Márcio Teixeira

Como resultados da segunda fase da pesquisa de campo, foram identificados sete áreas que poderão receber infra-estrutura para o desenvolvimento do ecoturismo:

1. Campo 1, espaço onde está localizada a casa dos proprietários;
2. Campo 2, espaço entre a casa dos proprietários e uma segunda casa;

3. Campo 3, espaço onde está localizada a segunda casa;
4. Campo 4, espaço do atual estacionamento;
5. Campo 5, espaço do atual camping;
6. Campo 6, espaço próximo ao início da trilha, próximo ao estacionamento;
7. Campo 7, local utilizado na produção agrícola

4.4.1. Diagnóstico do Recanto Perekouski

Após pesquisa de campo elaborou-se um diagnóstico contendo os principais problemas encontrados na área.

Falta de infra-estrutura adequada para receber turistas: não possui centro de visitantes, estacionamento e camping adequados, não possui praça de alimentação, banheiros, nem dormitórios. A propriedade não possui linha telefônica e a região não recebe sinal para telefonia celular.

Falta de atendimento qualificado para atender turistas: não há profissionais habilitados nem capacitados da área de turismo, ou de atendimento ao público. Os proprietários recebem os visitantes, preparam e servem a alimentação e cobram a taxa de visitação.

Falta de funcionários para manutenção da área de lazer: não há funcionários que executem a limpeza e conservação de toda a área.

Trilha irregular: a trilha que acompanha o percursos do rio se formou pela passagem dos visitantes, não possui planejamento nem manutenção, com trechos que se alagam, pela ação das chuvas e pelo fato dos visitantes entrarem

constantemente no rio e retornarem para a trilha. A trilha percorre a mata ciliar sem qualquer estudo de impacto. Não se caracteriza uma trilha interpretativa e não possui sinalização. É uma trilha linear, onde o visitante que se desloca até o canyon retorna pela mesma trilha, ocasionando o encontro constante de visitantes. Há locais em que a trilha já foi desviada devido a desmoronamentos, e em outros locais as raízes das árvores estão expostas por estarem no trajeto da trilha, sendo que algumas árvores já caíram. Em dois pontos do percurso a trilha atravessa o rio de uma margem à outra e em outros pontos ocorrem obstáculos naturais onde o visitante necessita se apoiar ou tomar impulso nas rochas ou em árvores para poder prosseguir o caminho. A trilha já sofreu alargamento em vários trechos, por alagamentos, pelo encontro entre visitantes ou por desmoronamentos.

Segurança precária ao visitante: a trilha é bastante escorregadia, nos poços do rio se formaram buracos, o leito do rio é bastante escorregadio, e no final da trilha, diante do canion, o visitante tem acesso sobre o terceiro salto diante de uma queda de aproximadamente 40 metros de altura, sem aviso nem limite de área de perigo. Os proprietários somente instalaram duas placas, uma informando que é proibido entrar no local com recipientes de vidro, e outra que não se responsabilizam por qualquer eventual acidente no local.

Falta de controle de visitantes: número excessivo de visitantes por dia, tumultuando o percurso da trilha, os banhos nas piscinas naturais e o estacionamento.

Entrada do recanto precária: da entrada do recanto até a casa e estacionamento são percorridos aproximadamente 50 metros de estrada, com

espaço para trânsito de somente um veículo de cada vez, ocasionando congestionamentos constantes e transtornos aos motoristas que se encontram no meio do caminho, tendo sempre que um retornar para dar passagem ao outro.

Camping irregular: o local designado para camping está localizado na margem direita do rio, ao lado da estrada de acesso à trilha, reduzindo a privacidade dos campistas pelo trânsito dos visitantes. O camping também é utilizado como estacionamento, e no espaço onde inicia a trilha, dentro do camping, foi construída a estrutura para produção de aguardente, com um forno a lenha, um barracão e um tonel. O terreno apresenta declive e possui somente duas árvores, que são utilizadas para fixar redes para descanso. Há somente uma churrasqueira, à 3 metros do rio. No banheiro há somente um sanitário, um chuveiro e uma pia, que também é utilizado pelos demais visitantes, sendo o único banheiro reservados aos visitantes. Este banheiro está a seis metros do rio e causa impacto visual.

Estacionamento irregular: o estacionamento não é bem definido, sem sinalização nem controle de entrada e saída de veículos, não há funcionário para atender o estacionamento. Ocorrem freqüentemente congestionamentos no local pois muitos veículos são estacionados de maneira que fecham o trânsito dos demais. Não há espaço para o trânsito e o estacionamento de ônibus.

Serviço de alimentação inadequado: na casa, local onde são servidas refeições e comercializados demais produtos, os proprietários recebem os visitantes, preparam e servem a alimentação, se tornando um atendimento lento. Todo o atendimento é realizado basicamente por três pessoas.

5. PROPOSTA PARA UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECOTURÍSTICO PARA O RECANTO PEREHOUSKI

Após análise de toda área estudada, levando-se em consideração todo o potencial para o desenvolvimento do ecoturismo que o Recanto Perehouski possui, com seus atrativos naturais, únicos em beleza, recomenda-se, conforme MORAES, MARETTI, LIMA e ARRUDA (1997, p. 47) a “implantação do ecoturismo com a valorização das belezas e riquezas cênicas, culturais e naturais da região”. Segundo MORAES, MARETTI, LIMA e ARRUDA (1997, p. 48) no processo de implantação e desenvolvimento do turismo, deverá ser observado a “administração e gerenciamento, conservação e proteção, manejo sustentado, fiscalização e controle, patrimônio histórico, natural e cultural, saneamento, capacitação e formação, pesquisas, ecoturismo, educação e comunicação”.

O Plano de Desenvolvimento Ecoturístico para o Recanto Perehouski consiste no planejamento de sete itens que serão desenvolvidos na área:

1. Infra-Estrutura;
2. Equipe Profissional;
3. Atendimento Personalizado;
4. Trilha Interpretativa;
5. Preservação dos Espaços Naturais;
6. Implantação e Desenvolvimento;
7. Marketing de Turismo

5.1. INFRA-ESTRUTURA

Importante fator a ser considerado é o estilo arquitetônico de toda a infra-estrutura de turismo que será construída no Recanto Perekouski. SILVA faz um importante comentário a respeito da infra-estrutura:

Deve ser analisada a infra-estrutura existente e proposta diante a oferta e demanda da região no que diz respeito à recreação ao ar livre e ao turismo, e que sejam operadas pelo setor público ou pelo setor privado. Esta análise irá permitir detectar as necessidades futuras da área em planejamento quanto a este aspecto. SILVA (1996, p. 108)

Ainda em relação à infra-estrutura CEBALLOS-LASCURÁIN (1991, p. 26) apresenta que “instalações físicas adequadas nas áreas naturais e em suas proximidades são fundamentais para o desenvolvimento eficaz do ecoturismo”. O mesmo autor apresenta maior detalhamento sobre a infra-estrutura:

Planejamento, projeto e critérios de construção adequados devem ser aplicados, a fim de minimizar o impacto sobre o meio ambiente, fornecer um certo grau de auto-suficiência funcional e contribuir para a melhoria da qualidade da experiência do visitante. Infelizmente não há Centros de Interpretação da Natureza ou Centros de Visitantes, na maior parte das áreas protegidas dos países em desenvolvimento. É preciso um cuidado especial para que as instalações sejam acolhedoras, pedagogicamente apropriadas, e fáceis de operar e manter, sempre de acordo com a realidade socioeconômica de cada caso. Uma vez que muitas áreas protegidas situam-se em lugares de difícil acesso e distantes dos serviços tradicionais, é prudente empregar o que se conhece informalmente como “ecotécnicas” tais como energia solar (para aquecimento da água e/ou fornecimento de eletricidade), captação e reutilização da água da chuva, reciclagem do lixo, ventilação natural, e o uso de técnicas e materiais de construção nativas. Os prédios, as estradas, as trilhas, a sinalização, as torres e os locais de observação devem ser todos projetados de maneira a não interferir abruptamente no meio ambiente, e tornar mais rica a experiência do visitante. CEBALLOS-LASCURÁIN (1991, p. 26)

Partindo da suposição de que a natureza é a fonte de inspiração para o projeto arquitetônico de instalações ecoturísticas, ANDERSEN relata o que ocorre com as instalações construídas na natureza:

Infelizmente, muitas instalações recentemente construídas são inspiradas nos projetos das grandes cidades, onde o mercado imobiliário e os materiais de construção industrializados ditam atmosfera, formas e cores estranhas ao cenário natural das instalações ecoturísticas. Muitas não estão em sintonia com a natureza e as técnicas e materiais de construção dos comerciantes da região, além de serem consideradas comuns e sem graça pelos visitantes. ANDERSEN (1991, p. 206)

Inclusive ANDERSEN faz importante comentário sobre o estilo que deverá ser adotado nas construções:

Os projetistas e empreendedores precisam assumir novas perspectivas e criar estilos arquitetônicos orgânicos, que pareçam brotar da natureza única de cada local, de forma tão integrada e espontânea como as flores que desabrocham nos campos. A arquitetura precisa ir além dos requisitos indispensáveis a um abrigo, e assumir-se como parte do cenário natural e como expressão das necessidades e desejos dos hóspedes. A melhor fonte de inspiração para o projeto de instalações ecoturísticas é o próprio local. As formas das plantas, das árvores e as formações geológicas em si são um rico acervo de estruturas arquitetônicas. Essas formas foram forjadas pela natureza ao longo de milhões de anos e representam modelos de eficiência, desempenho e beleza. ANDERSEN (1991, p. 206)

É de fundamental importância verificar se os meios de hospedagem indicados agem de forma a proteger o meio ambiente, tais como reciclagem de lixo, sistemas de tratamento de esgotos, etc.

Como parte integrante do plano de desenvolvimento ecoturístico para o recanto Perehouski, deverão ser desenvolvidos projetos de infra-estrutura, direcionados para as sete áreas identificadas na segunda fase da pesquisa de campo. A infra-estrutura ficará assim distribuída e organizada:

a) Campo 1 – Estacionamento;

ANEXO 9 – Estratégia de Planejamento

A estratégia deve detalhar as atividades obedecendo ao critério da prioridade e descrever os requisitos necessários para o cumprimento da tarefa, identificar quem irá gerenciar/realizar a atividade, indicar o tempo previsto para sua realização e qual será seu custo. Dessa forma, ficará claro para os futuros financiadores como a área planeja desenvolver o ecoturismo. Ao determinar as prioridades, é importante verificar se há locais, na área, mais ameaçados pelo turismo, que requeiram atenção imediata.

Quando a estratégia começar a ser, de fato, implementada, um sistema de monitoramento da estratégia deverá ser criado. Deve haver algum tipo de procedimento que permita um feedback sobre a estratégia, para que se possa avaliar seu impacto e modificá-la ou adaptá-la, se necessário.

Características dentro do limites da área

Primeiro componente

- Crie mecanismos para monitorar o impacto ecológico do turismo. Para tanto, obtenha informação de outros locais turísticos. Liste os requisitos necessários para esse projeto e as pessoas encarregadas do monitoramento; calcule o tempo requerido para pesquisa e implementação e os custos envolvidos.
- Coordene a elaboração de inventários dos locais turísticos em áreas naturais, dos ecossistemas, ou das espécies que não foram adequadamente estudadas. Isso é particularmente relevante para aqueles que são ou poderão tornar-se atrações turísticas. Liste o que é necessário para realizar esse projeto e as pessoas que deverão elaborar os inventários; calcule o tempo requerido para completar a tarefa e os custos envolvidos.

Segundo componente

- Crie um sistema para registrar dados sobre os visitantes, o qual inclua não só números, mas também informação demográfica. Liste os requisitos necessários para a realização desse projeto e as pessoas que irão concretizá-lo; calcule o tempo requerido para a criação e implantação de um sistema de registro e os custos envolvidos.
- Elabore uma série de questionários para o visitante. Perguntas como: o que lhe agrada ou desagradar na área? Como você soube da existência da área?, etc. Liste os requisitos necessários para esse projeto e as pessoas encarregadas dos questionários; calcule o tempo de elaboração dos questionários e os custos para aplicá-los e processar as informações.

Terceiro componente

- Plano completo de toda a infra-estrutura existente ou que se deseje construir na área: trilhas, sinalização, instalações e outros. Lista do que é preciso para concretizar o projeto e as pessoas responsáveis pelo plano geral; calcular o tempo de elaboração do plano e o custo envolvido.
- Quando o plano geral estiver completo, listar as atividades prioritárias (que aprimorem as estruturas existentes ou criem novas estruturas), selecionar os arquitetos e empreiteiros e iniciar as construções. Certificar de que produtos e

serviços do local sejam utilizados o máximo possível. Listar o que é necessário para a realização desse projeto e as pessoas responsáveis pela coordenação da construção; calcular o tempo que o projeto demandará e o custo envolvido.

Quarto componente

- Definir equipe técnica para atuar na área. Quadro de funcionários para gerenciar o nível desejável de turismo. Equipe administrativa, guardas florestais, guias e outros. Pessoas responsáveis pela contratação de funcionários, tempo e custos envolvidos.
- Tipo de treinamento em gestão turística é necessário para os funcionários. Determinar a melhor forma de oferecer o treinamento. Pode-se contratar um professor para ir ao local, enviar as pessoas a programas formais de treinamento, ou promover visitas dos funcionários a um local onde haja pessoal treinado. Listar as informações técnicas que os funcionários do parque devem ter e quem será responsável pelo treinamento; indicar qual melhor método, quanto tempo será necessário para contratar o pessoal e quais os custos envolvidos.

Modo como os vários níveis interagem com o setor privado

- Decidir quais operadores turísticos é melhor trabalhar e que papel eles devem desempenhar. (Por exemplo, eles devem levar seus próprios guias ou isso fica a cargo da área?)
- Que tipo de informação a área precisa ou deseja ter sobre a demanda de turismo. (Por exemplo, informação demográfica sobre visitantes e o que lhes agrada ou desagradam no parque). Consulta com operadores turísticos para aprender mais sobre a demanda de turismo.
- Decidir de que forma promover e divulgar a área. Isso pode significar promover uma campanha do tipo “visite o parque”, contatar jornalistas da área de turismo para escrever histórias, publicar folhetos, ou deixar tudo nas mãos dos operadores turísticos. Criar um plano de marketing. Indicar os requisitos necessários para promover a área, o tempo previsto para essa tarefa e os custos envolvidos.

Terceira fase: escrever um documento sobre a estratégia ecoturística

Uma vez que o grupo determina uma estratégia, registrar, publicar as informações. Dessa maneira, a estratégia ecoturística pode chegar ao conhecimento de fontes potenciais de recursos financeiros, de doadores, de investidores, ou de outros, que possam oferecer assistência técnica para a administração do parque a fim de viabilizar a estratégia.

A estratégia ecoturística preencherá uma outra função: tornar-se-á o plano ecoturístico oficial da área. Todo incremento ou atividade turística deverá seguir as diretrizes estabelecidas no plano. Quaisquer alterações no documento devem ser aprovadas pela comissão ecoturísticas da área. A estratégia deve ser incorporada ao plano geral de administração da área protegida.

Estudando a evolução do turismo nas ilhas do Mar do Caribe, HOLDER (1991, p. 280) formulou a “teoria da autodestruição do turismo”, baseando-se no

postulado de que o turismo se desenvolve e sucumbe ciclicamente em quatro fases:

- 1ª fase: Um local distante e exótico oferece descanso, sossego e relaxamento, proporcionando refúgio para os ricos que lá vivem isolados da população local;
- 2ª fase: Promoção turística – atrai pessoas de classe média que vêm muito mais para imitar os ricos do que em busca de descanso e de relaxamento; constroem-se mais hotéis e outras facilidades para atrair e acomodar mais turistas; o local perde a característica de refúgio paradisíaco, transforma-se em uma série de conturbações, com as seguintes conseqüências: a população local transforma-se em empregada do turismo, abandona a agricultura e seu rendimento é maior do que o anteriormente auferido; os turistas ricos mudam para outros lugares; o aumento do número de turistas torna inevitável a interação com a população local, provocando uma série de conseqüências, geralmente negativas; o aumento dos equipamentos e alojamentos levam ao excesso da oferta sobre a demanda, deteriorando o produto e o preço;
- 3ª fase: Os equipamentos para o turismo de massa atraem pessoas de poder econômico e de padrões e comportamentos sociais mais baixos, conduzindo à degradação social do meio turístico;
- 4ª fase: Quando a localidade perde sua atratividade e decai social e economicamente, os turistas “fogem”, deixando atrás de si equipamentos turísticos abandonados, as praias e/ou local desordenado, e uma população residente que não conseguirá voltar ao modo de vida anterior.

Segundo o autor, há inúmeros exemplos de países e atrativos que se encontram em uma das três primeiras fases da teoria da autodestruição. Para evitar a 4ª fase, recomenda-se que as localidades assumam a proteção ambiental de seus atrativos e empreendam um planejamento a longo prazo, voltado para a determinação da capacidade de carga que garantirá seu desenvolvimento sustentável.

ANEXO 10 – Lei Orgânica do Município de Prudentópolis

Data: 1990 (última atualização em 05/02/98)

Autoria: Assembléia Municipal Constituinte de Prudentópolis

Comentários:

Em relação à “Organização do município” (título I), a lei orgânica atribui ao município competências suplementares, dentre outros, sobre os incentivos ao turismo, ao comércio e a indústria, a proteção ao patrimônio histórico, artístico e cultural. (Cap. IV, Seção III, Art. 10o).

Quanto à “ordem econômica e social” (Título V), prevê o turismo como fator de desenvolvimento sócio-econômico que deve ser incentivado e promovido pelos Poderes Públicos, sendo sua política local definida pelo Conselho Municipal de Turismo, instituído por lei (Capítulo II, Art. 169). O município deverá também incentivar o lazer como forma de promoção social, a implantação e o desenvolvimento do turismo local (Capítulo V, Seção V, Art. 222 e 221).

Em relação ao meio ambiente, a Lei Orgânica direciona para a preservação e restauro dos processos ecológicos essenciais e à promoção do manejo ecológico das espécies e ecossistemas, da educação ambiental nas escolas e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (Capítulo V, Seção VIII).

ANEXO 11 - Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano

Data: Março 1996

Autoria: FAMEPAR – Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná.

Nome: Plano Plurianual do Município de Prudentópolis

Data: 09/12/98

Comentários:

O plano para o exercício de 1999/2001 será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada ano, e do Orçamento Anual.

Em relação ao Turismo, no item 65.81 é atribuída à Secretaria de Turismo as seguintes atividades: “promover divulgação através de material publicitário dos potenciais turísticos do município; apoiar programas de capacitação profissional na área turística; incentivar e desenvolver o turismo no município como forma de desenvolvimento econômico e formação de um mercado turístico em âmbito municipal”; e no item 65,82 é previsto a construção de posto de informações turísticas.

Em relação ao Urbanismo, no item 58.67 e 58.68 é previsto a construção de parques aquáticos e áreas de lazer e construção e melhorias nos parques infantis, respectivamente.

O Plano atribui à Secretaria Indústria e Comércio, no item 62.78, a promoção de feiras, exposições e outros eventos. Quanto a proteção ao meio ambiente, no item 77.93 é atribuída a Secretaria do Meio Ambiente as seguintes atividades: “atuar no âmbito de competência do município para preservação do meio ambiente, proteção da fauna e flora, reflorestamentos, arborização, viveiros florestais, preservação do solo com o controle da erosão, criação de parques municipais, visando o aproveitamento controlado e racional dos recursos do meio ambiente”.

ANEXO 12 – Lei do ICMS Ecológico (Estadual)
Lei Complementar Estadual nº 51/91

Data: 1991

Comentários:

A Lei Complementar Estadual nº 51/91 trata do "estabelecimentos dos critérios para o rateio de parte dos recursos financeiros do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), a que os município tem direito constitucionalmente". No Paraná foi definido como um dos critérios o "ambiental", destinando a ele o percentual de "cinco por cento". Deste, metade é destinada aos municípios com mananciais de abastecimento público para municípios vizinhos e a outra metade, aos municípios que possuem Unidades de Conservação. Prudentópolis recebe ICMS ecológico pelas seguintes Unidades de Conservação:

- APA da Serra da Esperança
- Parte da Área Indígena Marrecas
- Faxinais: Taboãozinho, Tijuco Preto, Cachoeira de Palmital, Papanduva, Paraná Anta Gorda, Ivaí Anta Gorda, Barra Bonita, Marcondes, Guanabara, Rio do Meio, Ponte Nova, Patos Velhos, São Pedro, Queimadas, Rio Bonito, Barra Bonita e Manduri.

ANEXO 13 – Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR (“Sistema Faxinal”) Decreto Estadual 3.446/97

Data: 1997

Comentários:

O Decreto Estadual 3.446/97 cria no Paraná as Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR), abrangendo porções territoriais do estado caracterizados pela existência do modo de produção denominado “Sistema Faxinal”, um sistema de produção camponês tradicional característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; a produção agrícola (policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização); o extrativismo florestal de baixo impacto (manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas).

O decreto objetiva criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da *Araucária angustifolia* (pinheiro-do-paraná), observando as disposições legais aplicáveis as Áreas de Proteção Ambiental (APA).

As áreas de criadouros comunitários dos faxinais registrados no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação podem obter os benefícios previstos na Lei Complementar Estadual 59/91 (Lei do ICMS Ecológico).

ANEXO 14 – Lei das Diretrizes Orçamentárias (Municipal) - Lei nº 1224

Data: 17/05/2000

Comentários:

A lei estabelece diretrizes para a elaboração do Orçamento Programa do município para o exercício financeiro de 2001. Indica os seguintes aspectos:

- Quanto a gestão ambiental – incentivo ao paisagismo rodoviário; programa de educação ambiental; destinação do ICMS ecológico para programas ambientais direcionados prioritariamente à melhoria das condições de acesso rodoviário aos pontos ecológicos, ambientais e turísticos do município, com a manutenção dos mesmos; criação de Parques Municipais e Estaduais.
- Quanto ao comércio e serviços – integração do empresariado local para treinamento e capacitação de profissionais visando melhorar a qualidade dos serviços e ampliação da oferta de empregos; apoio a comercialização através de incentivos para a realização de Feiras e outros eventos; construção de centro de eventos; apoio a projetos de infra-estrutura, melhoramentos, readequação de estradas, paisagismo e acesso aos pontos de atração turística, visando ao desenvolvimento do Turismo rural e ecológico; construção de postos de informações turísticas; apoio à programas de capacitação e formação profissional na área de turismo.
- Quanto ao desporto e lazer – a cidade “casa da família”: animação urbana – cultura, recreação, turismo, parques, praças, ciclovias, equipamentos de lazer vinculados ao meio ambiente/saneamento; criação e implementação de eventos esportivos locais e regionais; construção de áreas de lazer com recursos para a prática desportiva de crianças, jovens e adultos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARREGUI, J. O.; La Interpretación y el Desarrollo de los Parques Nacionales. Valdivia: Universidad Austral de Chile, 1975, p. 51.

BARBIERI, José Carlos; Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 25.

BOO, Elizabeth; Ecoturismo: Potenciales y Escollos. Washington D. C., WWF-World Wildlife Fund e The Conservation Foundation, 1990, pp. 33 – 225.

BRASIL; Legislação de Conservação da Natureza. 4^a ed. São Paulo: CESP, 1986, p. 720.

BUKART, A. J.; MEDLIK, S.; Tourism: Past, Present and Future. Londres: Heinemann, 1986, p. 232.

CANEJO, Mônica; Revista Horizonte Geográfico. Ano 15, n^o 79, São Paulo: Audichromo Editora Ltda, 2002, pp. 59 – 63.

CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; Anais. Volume I Curitiba – PR: UNILIVRE, 1997, pp. 28 – 465.

CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; Anais: Trabalhos Técnicos. Volume II. Curitiba – PR: UNILIVRE, 1997, pp. 33 – 431.

FISCHMANN, Adalberto A.; Apostilas do Curso Especial de Administração de Executivos do Setor Elétrico – CEADE, Instituto de Administração, FEA, USP, São Paulo, 1979.

- HAWKINS, Donald E.; LINDBERG, Kreg; Ecoturismo: Um Guia Para Planejamento e Gestão, 2ª edição. São Paulo: SENAC, 1999, p. 279.
- HAYWOOD, Michael K. Can the Tourist Area Life Cycle be Made Operational? Medlik, S. *Managing tourism*. Londres, Butterworth-Heinemann, 1991, p. 34.
- HYPKI, C.; LOOMIS JÚNIOR, T. E.; Manual para la Interpretación del Ambiente em Áreas Silvestres. Turrialba: CATIE, 1981, p. 38.
- KAMINSKI, Maysa Anciuti; Perspectivas de Implantação de Atividades de Ecoturismo na Floresta Nacional de Irati. Curitiba, PR: IBPEX, 2000, pp. 4 – 5.
- LIBERAL, Claudemir; Elaboração e Análise de Projetos. Curitiba, PR: IBPEX, 2001, pp. 4 – 5.
- LOBO, Yure; NAKAHODO, Lilian Nakao; Inventário Turístico de Prudentópolis. Prudentópolis, PR: Prefeitura Municipal de Prudentópolis, 2001, pp. 5 – 99.
- MAACK, Reinhard, Geografia Física do Estado do Paraná. 2ª edição. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981, pp. 209 – 412.
- MACINTOSH, Robert; GOELDNER, Charles; Tourism-Principles. Pratices. Philosophies. Nova York, J. Wiley & Sons, 1988, p. 305.
- MILANO, M. S.; RIZZI, N. E.; KANIAK, V. C.; Princípios Básicos de Manejo e Administração de Áreas Silvestres. Curitiba – PR, Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, 1986, p. 56.

- MILLS, Jon; SOUZA, Paulo Roberto Pereira; Conflitos Jurídicos, Econômicos e Ambientais: estratégias para o desenvolvimento de políticas ambientais e de uso do solo: um estudo de caso da Flórida (EUA) e Paraná (Brasil). Maringá – PR: EDUEM, 1995, pp. 148 – 191.
- MIRANDA, G. I. M. P.; Organização e Métodos. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1977, p. 325.
- MONTEIRO, Rogério; Revista Mares do Sul: turismo e aventura. N.º 16, Florianópolis, SC: Mares do Sul, 1997, pp. 45 – 48.
- PETROCCHI, Mário; Turismo: Planejamento e Gestão. São Paulo: Futura, 1998, pp. 19 –181.
- POMBO, José Francisco da Rocha; O Paraná no Centenário: 1500-1900. 2ª edição. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980, p. 42.
- POON, A.; Competitive strategies for a “New Tourism”. Londres, Belhaven Press. 1989, p. 102.
- ROSIQUE, Javier; BARBIERI, Edison; Ecologia: Preservar Para Viver. São Paulo, Cidade Nova, 1992, p. 10.
- RUSCHMANN, Doris Van De Meene; Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997, pp. 13 – 185.
- SAUER, W; Tendenzen In Der Urlaubsgewohnheiten, Urbansbserntungen, Reisemotive und die Wahrnehmung der Überlastungsercheinungen im Modernen Tourismus. Bonn: Bod Godesberg, 1975, p. 364.

SILVA, Lauro Leal da; Ecologia: manejo de áreas silvestres. Santa Maria, RS: MMA, FNMA, FATEC, 1996, pp. 28 – 173.

THEUNS, H. L.; International Turismo in Developing Countries: Conditions and Effects. In: Revue de Tourisme. Berna, Aiest. n.º 3, 1983, p. 109.

WONS, Iaroslav; Geografia do Paraná: física, humana, econômica. Curitiba, PR: Ensino Renovado, 1982, pp. 35 – 118.